

# Prazo para pagar o IPVA com 20% de desconto termina nesta quinta; veja como fazer

DA REDAÇÃO FEBRUARY 10, 2022



Quem quer garantir o desconto de 20% no IPVA só tem até esta quinta-feira (10) para fazer o pagamento com o valor mais baixo. O pagamento é da cota única.

O pagamento do IPVA pode ser feito nas instituições credenciadas, que são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob. É necessário informar o número do Renavam para ter acesso ao valor e fazer o pagamento. Dentro do prazo estabelecido para a cota única, o desconto no valor do imposto é concedido de forma automática.

Com um desconto maior, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), até o momento, mais de 251 mil pessoas já fizeram o pagamento antecipado, número 83% maior que o registrado no mesmo período do ano passado. A expectativa, também segundo a Sefaz-Ba, é que o volume de quitações aumente ainda mais nesse último dia.

Quem deixar para fazer a quitação integral do IPVA na primeira cota do parcelamento, cuja data varia de acordo com o número final da placa do veículo, garante desconto de 10%. Já o parcelamento pode ser feito em cinco vezes.

**Confira o calendário de pagamento, de acordo com as placas:**

CALENDÁRIO DE PAGAMENTO - IPVA 2022								
FINAL	PARCELAMENTO					PAGAMENTO EM COTA ÚNICA		
	1ª COTA	2ª COTA	3ª COTA	4ª COTA	5ª COTA	COM DESCONTO DE 20%	COM DESCONTO DE 10%	SEM DESCONTO
1	30/03/2022	28/04/2022	30/05/2022	29/06/2022	28/07/2022	10/02/2022	30/03/2022	28/07/2022
2	31/03/2022	29/04/2022	31/05/2022	30/06/2022	29/07/2022	10/02/2022	31/03/2022	29/07/2022
3	28/04/2022	27/05/2022	29/06/2022	28/07/2022	30/08/2022	10/02/2022	28/04/2022	30/08/2022
4	29/04/2022	30/05/2022	30/06/2022	29/07/2022	31/08/2022	10/02/2022	29/04/2022	31/08/2022
5	30/05/2022	29/06/2022	28/07/2022	30/08/2022	29/09/2022	10/02/2022	30/05/2022	29/09/2022
6	31/05/2022	30/06/2022	29/07/2022	31/08/2022	30/09/2022	10/02/2022	31/05/2022	30/09/2022
7	29/06/2022	28/07/2022	30/08/2022	29/09/2022	27/10/2022	10/02/2022	29/06/2022	27/10/2022
8	30/06/2022	29/07/2022	31/08/2022	30/09/2022	28/10/2022	10/02/2022	30/06/2022	28/10/2022
9	28/07/2022	30/08/2022	29/09/2022	27/10/2022	29/11/2022	10/02/2022	28/07/2022	29/11/2022
0	29/07/2022	31/08/2022	30/09/2022	28/10/2022	30/11/2022	10/02/2022	29/07/2022	30/11/2022

## Como pagar o IPVA 2022 nas instituições bancárias credenciadas

Passo a passo para pagamento no aplicativo, no internet banking e no caixa eletrônico do Banco do Brasil:

- 1 - Pagamentos
- 2 - Impostos e taxas

- 3 - Débitos de veículos
- 4 - Bahia
- 5 - Licenciamento cota única atual ou IPVA cota única atual

Passo a passo para pagamento no internet banking e no caixa eletrônico do Bradesco:

- 1 - Pagamentos
- 2 - Débitos de Veículos
- 3 - Bahia
- 4 - Débitos de Renavam

Passo a passo para pagamento no aplicativo no internet banking e no caixa eletrônico do Sicoob:

- 1 - Conta corrente
- 2 - Pagamentos
- 3 - IPVA e taxas do Detran
- 4 - IPVA Detran Bahia
- 5 - Escolher a opção cota única ou com ou sem licenciamento

<https://outline.com/Z3n538>

COPY

 Annotations ·  Report a problem

Outline is a free service for reading and annotating news articles. We remove the clutter so you can analyze and comment on the content. In today's climate of widespread misinformation, Outline

Veículo: Metro1	
Data: 10/02/2022	Caderno: Bahia



## BAHIA

### ***Prazo para pagamento do IPVA com desconto termina nesta quinta-feira***

Desconto de 20% é para o pagamento da cota única



Foto: **Divulgação**

Por: **Metro1** no dia 10 de fevereiro de 2022 às 08:29

O prazo para garantir o desconto de 20% no IPVA termina nesta quinta-feira (10). O desconto é para o pagamento da cota única, e a quitação pode ser feita nas instituições credenciadas, que são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob.

É necessário informar o número do Renavam para ter acesso ao valor e fazer o pagamento. Dentro do prazo estabelecido para a cota única, o desconto no valor do imposto é concedido de forma automática.

Com um desconto maior, segundo dados da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), até o momento, mais de 251 mil pessoas já fizeram o pagamento antecipado, número 83% maior que o registrado no mesmo período do ano passado. A expectativa, também segundo a Sefaz-Ba, é que o volume de quitações aumente ainda mais nesse último dia.

Quem deixar para fazer a quitação integral do IPVA na primeira cota do parcelamento, cuja data varia de acordo com o número final da placa do veículo, garante desconto de 10%. Já o parcelamento pode ser feito em cinco vezes.



# Desconto de 20% no IPVA tem contagem regressiva até esta quinta

9 fevereiro 2022

Quem está pensando em aproveitar o desconto de 20% para pagamento do IPVA em cota única deve se apressar: a oferta inédita só vale até esta quinta-feira (10). Em ritmo de contagem regressiva, é importante prestar atenção aos horários para não perder a oportunidade. Pagamentos em caixa eletrônico, internet banking e aplicativo podem ser feitos até as 21h. Já os guichês das agências bancárias funcionam até as 16h. As instituições credenciadas para receber o pagamento do IPVA 2022 são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob.

É necessário informar o número do Renavam para ter acesso ao valor devido e fazer o pagamento. Dentro do prazo estabelecido para a cota única, o desconto no valor do imposto é concedido de forma automática. Mais informações estão disponíveis no [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br) ou via 0800 071 0071 e [faleconosco@sefaz.ba.gov.br](mailto:faleconosco@sefaz.ba.gov.br).

Os números mostram que os baianos estão reconhecendo a vantagem do desconto inédito, que é o dobro dos 10% oferecidos nos anos anteriores, e vêm quitando como nunca antes o imposto em cota única. Até agora, já são 220,2 mil pagamentos registrados, volume 77% maior que no mesmo período do ano passado.

Um dos contribuintes que decidiu quitar de forma antecipada o IPVA foi o analista de sistemas Márcio Braga, que sempre se organiza para pagar o tributo em cota única no início do ano. "Normalmente pago o imposto com o desconto de 10% e quando vi que foi ampliado para 20% não pensei duas vezes. Além do número final da minha placa ser um, ou seja, vencer mais no começo do ano, levei em conta que nenhuma aplicação terá essa rentabilidade. Pra mim foi realmente uma ótima opção", explica.

## Outras possibilidades

Se não fizer o pagamento com 20% de desconto, o contribuinte baiano ainda dispõe este ano de outras condições atraentes à sua escolha. Ainda é possível fazer a quitação integral com um bom abatimento, desta vez de 10%, na data da primeira cota do parcelamento, que varia de acordo com o número final da placa do veículo. Este desconto também é o dobro dos 5% habitualmente concedidos nesta fase em anos anteriores.

Em 2022 é possível ainda parcelar o imposto em cinco vezes a partir de março, enquanto nos exercícios anteriores o prazo era de três vezes. De acordo com o diretor de arrecadação da Sefaz-Ba, para parcelar o imposto os proprietários de veículos só precisam observar a data de vencimento da primeira cota na tabela, de acordo com o número final da placa, e pagar o valor estipulado para cada parcela no prazo estabelecido. É preciso, para fazer jus ao parcelamento, que o valor devido seja de no mínimo R\$ 120,00. O proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter direito ao parcelamento em cinco vezes.

Segundo o diretor de veículos do Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (Detran-BA), Lucas Machado, o percentual maior de desconto oferecido pelo Governo do Estado para quitação do IPVA tem se mostrado bastante atrativo, considerando o número expressivo de proprietários de veículos que já realizou o pagamento antes mesmo da data. Machado ressalta, no entanto, que o licenciamento completo do veículo engloba outros itens além do IPVA. “Para a regularização do seu carro é necessário quitar débitos do licenciamento anual e multas, se houver. O prazo para ficar em dia com a documentação do veículo termina na data do vencimento da quinta parcela do imposto. É só conferir o cronograma de pagamento no site da Sefaz ou no do Detran-BA:

[www.detran.ba.gov.br](http://www.detran.ba.gov.br)”, salienta.

### **Confira como pagar o IPVA 2022 nas instituições bancárias credenciadas**

#### ***Passo a passo para pagamento no aplicativo, no internet banking e no caixa eletrônico do Banco do Brasil:***

- 1 – Pagamentos
- 2 – Impostos e taxas
- 3 – Débitos de veículos
- 4 – Bahia
- 5 – Licenciamento cota única atual ou IPVA cota única atual

***Passo a passo para pagamento no internet banking e no caixa eletrônico do***

***Bradesco:***

- 1 – Pagamentos
- 2 – Débitos de Veículos
- 3 – Bahia
- 4 – Débitos de Renavam

***Passo a passo para pagamento no aplicativo no internet banking e no caixa***

***eletrônico do Sicoob:***

- 1 – Conta corrente
- 2 – Pagamentos
- 3 – IPVA e taxas do Detran
- 4 – IPVA Detran Bahia
- 5 – Escolher a opção cota única ou com ou sem licenciamento

***Fonte: Ascom/Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)***

---

---

**Veículo:** A GAZETA BAHIA - SITE

**Canal de Comunicação:** INTERNET

**Título:** Desconto de 20% no IPVA tem contagem regressiva até esta quinta

**Data:** 10/02/2022

**Link:** <https://www.agazetabahia.com/noticias/geral/33528/desconto-de-20-no-ipva-tem-contagem-regressiva-ate-esta-quinta-10-02-2022/>



Quem está pensando em aproveitar o desconto de 20% para pagamento do IPVA em cota única deve se apressar: a oferta inédita só vale até esta quinta-feira (10). Em ritmo de contagem regressiva, é importante prestar atenção aos horários para não perder a oportunidade. Pagamentos em caixa eletrônico, internet banking e aplicativo podem ser feitos até as 21h. Já os guichês das agências bancárias funcionam até as 16h. As instituições credenciadas para receber o pagamento do IPVA 2022 são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob. É necessário informar o número do Renavam para ter acesso ao valor devido e fazer o pagamento. Dentro do prazo estabelecido para a cota única, o desconto no valor do imposto é concedido de forma automática. Mais informações estão disponíveis no [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br) ou via 0800 071 0071 e [faleconosco@sefaz.ba.gov.br](mailto:faleconosco@sefaz.ba.gov.br). Os números mostram que os baianos estão reconhecendo a vantagem do desconto inédito, que é o dobro dos 10% oferecidos nos anos anteriores, e vêm quitando como nunca antes o imposto em cota única. Até agora, já são 220,2 mil pagamentos registrados, volume 77% maior que no mesmo período do ano passado. Um dos contribuintes que decidiu quitar de forma antecipada o IPVA foi o analista de sistemas Márcio Braga, que sempre se organiza para pagar o tributo em cota única no início do ano. "Normalmente pago o imposto com o desconto de 10% e quando vi que foi ampliado para 20% não pensei duas vezes. Além do número final da minha placa ser um, ou seja, vencer mais no começo do ano, levei em conta que nenhuma aplicação terá essa rentabilidade. Pra mim foi realmente uma ótima opção", explica. Outras possibilidades Se não fizer o pagamento com 20% de desconto, o contribuinte baiano ainda dispõe este ano de outras condições atraentes à sua escolha. Ainda é possível fazer a quitação integral com um bom abatimento, desta vez de 10%, na data da primeira cota do parcelamento, que varia de acordo com o número final da placa do veículo. Este desconto também é o dobro dos 5% habitualmente concedidos nesta fase em anos anteriores. Em 2022 é possível ainda parcelar o imposto em cinco vezes a partir de março, enquanto nos exercícios anteriores o prazo era de três vezes. De acordo com o diretor de arrecadação da Sefaz-Ba, para parcelar o imposto os proprietários de veículos só precisam observar a data de vencimento da primeira cota na tabela, de acordo com o número final da placa, e pagar o valor estipulado para cada parcela no prazo estabelecido. É preciso, para fazer jus ao parcelamento, que o valor devido seja de no mínimo R\$ 120,00. O proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter direito ao parcelamento em cinco vezes. Segundo o diretor de veículos do Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (Detran-BA), Lucas Machado, o percentual maior de desconto oferecido pelo Governo do Estado para quitação do IPVA tem se mostrado bastante atrativo, considerando o número expressivo de proprietários de veículos que já realizou o pagamento antes mesmo da data. Machado ressalta, no entanto, que o licenciamento completo do veículo engloba outros itens além do IPVA. "Para a regularização do seu carro é necessário quitar débitos do licenciamento anual e multas, se houver. O prazo para ficar em dia com a documentação do veículo termina na data do vencimento da quinta parcela do imposto. É só conferir o cronograma de pagamento no site da Sefaz ou no do Detran-BA: [www.detrان.ba.gov.br](http://www.detrان.ba.gov.br)", salienta. Confira como pagar o IPVA 2022 nas instituições bancárias credenciadas Passo a passo para pagamento no aplicativo, no internet banking e no caixa eletrônico do Banco do Brasil: 1 - Pagamentos 2 - Impostos e taxas 3 - Débitos de veículos 4 - Bahia 5 - Licenciamento cota única atual ou IPVA cota única atual Passo a passo para pagamento no internet banking e no caixa eletrônico do Bradesco: 1 - Pagamentos 2 - Débitos de Veículos 3 - Bahia 4 - Débitos de Renavam Passo a passo para pagamento no aplicativo no internet banking e no caixa eletrônico do Sicoob: 1 - Conta corrente 2 - Pagamentos 3 - IPVA e taxas do Detran 4 - IPVA Detran Bahia 5 - Escolher a opção cota única ou com ou sem licenciamento



**Veículo:** BAHIA EXTRA

**Canal de Comunicação:** INTERNET

**Título:** Desconto de 20% no IPVA termina nesta quinta

**Data:** 09/02/2022

**Link:** <https://www.bahiaextra.com/2022/02/desconto-de-20-no-ipva-termina-nesta.html?m=1>



Foto: Paula Fróes /GOVBAO desconto de 20% para pagamento do IPVA em cota única vale até esta quinta-feira (10). Em ritmo de contagem regressiva, é importante prestar atenção aos horários para não perder a oportunidade. Pagamentos em caixa eletrônico, internet banking e aplicativo podem ser feitos até as 21h. Já os guichês das agências bancárias funcionam até as 16h. As instituições credenciadas para receber o pagamento do IPVA 2022 são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob. É necessário informar o número do Renavam para ter acesso ao valor devido e fazer o pagamento. Dentro do prazo estabelecido para a cota única, o desconto no valor do imposto é concedido de forma automática. Mais informações estão disponíveis no [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br) ou via 0800 071 0071 e [faleconosco@sefaz.ba.gov.br](mailto:faleconosco@sefaz.ba.gov.br). Os números mostram que os baianos estão reconhecendo a vantagem do desconto inédito, que é o dobro dos 10% oferecidos nos anos anteriores, e vêm quitando como nunca antes o imposto em cota única. Até agora, já são 220,2 mil pagamentos registrados, volume 77% maior que no mesmo período do ano passado. Outras possibilidades Se não fizer o pagamento com 20% de desconto, o contribuinte baiano ainda dispõe este ano de outras condições atraentes à sua escolha. Ainda é possível fazer a quitação integral com um bom abatimento, desta vez de 10%, na data da primeira cota do parcelamento, que varia de acordo com o número final da placa do veículo. Este desconto também é o dobro dos 5% habitualmente concedidos nesta fase em anos anteriores. Em 2022 é possível ainda parcelar o imposto em cinco vezes a partir de março, enquanto nos exercícios anteriores o prazo era de três vezes. De acordo com o diretor de arrecadação da Sefaz-Ba, para parcelar o imposto os proprietários de veículos só precisam observar a data de vencimento da primeira cota na tabela, de acordo com o número final da placa, e pagar o valor estipulado para cada parcela no prazo estabelecido. É preciso, para fazer jus ao parcelamento, que o valor devido seja de no mínimo R\$ 120,00. O proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter direito ao parcelamento em cinco vezes. Segundo o diretor de veículos do Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (Detran-Ba), Lucas Machado, o percentual maior de desconto oferecido pelo Governo do Estado para quitação do IPVA tem se mostrado bastante atrativo, considerando o número expressivo de proprietários de veículos que já realizou o pagamento antes mesmo da data. Machado ressalta, no entanto, que o licenciamento completo do veículo engloba outros itens além do IPVA. "Para a regularização do seu carro é necessário quitar débitos do licenciamento anual e multas, se houver. O prazo para ficar em dia com a documentação do veículo termina na data do vencimento da quinta parcela do imposto. É só conferir o cronograma de pagamento no site da Sefaz ou no do Detran-Ba: [www.detrان.ba.gov.br](http://www.detrان.ba.gov.br)", salienta. BAHIA EXTRA Bahia Extra Bahia Extra é um portal de notícias brasileiro mantido pelo Erasmc Barbosa o Bahia Extra. Foi lançado em 2012.



O desconto de 20% para pagamento do IPVA em cota única vale até esta quinta-feira (10). Em ritmo de contagem regressiva, é importante prestar atenção aos horários para não perder a oportunidade. Pagamentos em caixa eletrônico, internet banking e aplicativo podem ser feitos até as 21h. Já os guichês das agências bancárias funcionam até as 16h. As instituições credenciadas para receber o pagamento do IPVA 2022 são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob. É necessário informar o número do Renavam para ter acesso ao valor devido e fazer o pagamento. Dentro do prazo estabelecido para a cota única, o desconto no valor do imposto é concedido de forma automática. Mais informações estão disponíveis no [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br) ou via 0800 071 0071 e [faleconosco@sefaz.ba.gov.br](mailto:faleconosco@sefaz.ba.gov.br). Os números mostram que os baianos estão reconhecendo a vantagem do desconto inédito, que é o dobro dos 10% oferecidos nos anos anteriores, e vêm quitando como nunca antes o imposto em cota única. Até agora, já são 220,2 mil pagamentos registrados, volume 77% maior que no mesmo período do ano passado.

**Outras possibilidades** Se não fizer o pagamento com 20% de desconto, o contribuinte baiano ainda dispõe este ano de outras condições atraentes à sua escolha. Ainda é possível fazer a quitação integral com um bom abatimento, desta vez de 10%, na data da primeira cota do parcelamento, que varia de acordo com o número final da placa do veículo. Este desconto também é o dobro dos 5% habitualmente concedidos nesta fase em anos anteriores. Em 2022 é possível ainda parcelar o imposto em cinco vezes a partir de março, enquanto nos exercícios anteriores o prazo era de três vezes. De acordo com o diretor de arrecadação da Sefaz-Ba, para parcelar o imposto os proprietários de veículos só precisam observar a data de vencimento da primeira cota na tabela, de acordo com o número final da placa, e pagar o valor estipulado para cada parcela no prazo estabelecido. É preciso, para fazer jus ao parcelamento, que o valor devido seja de no mínimo R\$ 120,00. O proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter direito ao parcelamento em cinco vezes. Segundo o diretor de veículos do Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (Detran-Ba), Lucas Machado, o percentual maior de desconto oferecido pelo Governo do Estado para quitação do IPVA tem se mostrado bastante atrativo, considerando o número expressivo de proprietários de veículos que já realizou o pagamento antes mesmo da data. Machado ressalta, no entanto, que o licenciamento completo do veículo engloba outros itens além do IPVA. "Para a regularização do seu carro é necessário quitar débitos do licenciamento anual e multas, se houver. O prazo para ficar em dia com a documentação do veículo termina na data do vencimento da quinta parcela do imposto. É só conferir o cronograma de pagamento no site da Sefaz ou no do Detran-Ba: [www.detran.ba.gov.br](http://www.detran.ba.gov.br)", salienta.

**Veículo:** BOM DIA FEIRA

**Canal de Comunicação:**  
INTERNET

**Título:** Desconto de 20% no IPVA em cota única termina nesta quinta

**Data:** 10/02/2022

**Link:** <https://www.bomdiafeira.com.br/noticias/56867/desconto-de-20-no-ipva-em-cota-nica-termina-nesta-quinta.html>



*Desconto de 20% no IPVA em cota única termina nesta quinta. Até agora, já são 220,2 mil pagamentos registrados, volume 77% maior que no mesmo período do ano passado. Pagamentos em caixa eletrônico, internet banking e aplicativo podem ser feitos até as 21h. Já as agências bancárias funcionam até as 16h*

Bom Dia Feira 10/02/2022 10/02/2022 06:44:21 Foto: Paula Fróes/ GOVBA

O desconto de 20% para pagamento do IPVA em cota única vale até esta quinta-feira (10). Em ritmo de contagem regressiva, é importante prestar atenção aos horários para não perder a oportunidade. Pagamentos em caixa eletrônico, internet banking e aplicativo podem ser feitos até as 21h. Já os guichês das agências bancárias funcionam até as 16h. As instituições credenciadas para receber o pagamento do IPVA 2022 são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob. É necessário informar o número do Renavam para ter acesso ao valor devido e fazer o pagamento. Dentro do prazo estabelecido para a cota única, o desconto no valor do imposto é concedido de forma automática. Mais informações estão disponíveis no [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br) ou via 0800 071 0071 e [faleconosco@sefaz.ba.gov.br](mailto:faleconosco@sefaz.ba.gov.br). Os números mostram que os baianos estão reconhecendo a vantagem do desconto inédito, que é o dobro dos 10% oferecidos nos anos anteriores, e vêm quitando como nunca antes o imposto em cota única. Até agora, já são 220,2 mil pagamentos registrados, volume 77% maior que no mesmo período do ano passado. Se não fizer o pagamento com 20% de desconto, o contribuinte baiano ainda dispõe este ano de outras condições atraentes à sua escolha. Ainda é possível fazer a quitação integral com um bom abatimento, desta vez de 10%, na data da primeira cota do parcelamento, que varia de acordo com o número final da placa do veículo. Este desconto também é o dobro dos 5% habitualmente concedidos nesta fase em anos anteriores. Em 2022 é possível ainda parcelar o imposto em cinco vezes a partir de março, enquanto nos exercícios anteriores o prazo era de três vezes. De acordo com o diretor de arrecadação da Sefaz-Ba, para parcelar o imposto os proprietários de veículos só precisam observar a data de vencimento da primeira cota na tabela, de

acordo com o número final da placa, e pagar o valor estipulado para cada parcela no prazo estabelecido. É preciso, para fazer jus ao parcelamento, que o valor devido seja de no mínimo R\$ 120,00. O proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter direito ao parcelamento em cinco vezes. Segundo o diretor de veículos do Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (Detran-Ba), Lucas Machado, o percentual maior de desconto oferecido pelo Governo do Estado para quitação do IPVA tem se mostrado bastante atrativo, considerando o número expressivo de proprietários de veículos que já realizou o pagamento antes mesmo da data. Machado ressalta, no entanto, que o licenciamento completo do veículo engloba outros itens além do IPVA. "Para a regularização do seu carro é necessário quitar débitos do licenciamento anual e multas, se houver. O prazo para ficar em dia com a documentação do veículo termina na data do vencimento da quinta parcela do imposto. É só conferir o cronograma de pagamento no site da Sefaz ou no do Detran-Ba: [www.detran.ba.gov.br](http://www.detran.ba.gov.br)", salienta. Informações Bahia Notícias Compartilhe

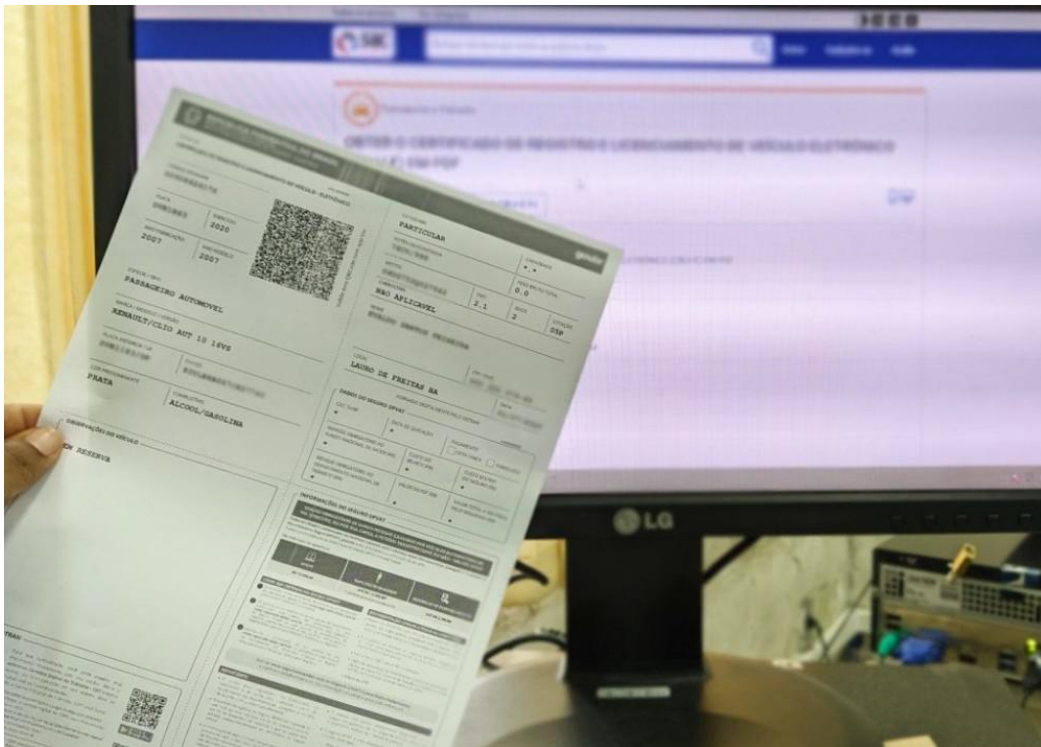
**Veículo:** UBATA NOTÍCIAS

**Título:** Desconto de 20% no IPVA termina nesta quinta-feira (10)

**Link:** <https://ubatanoticias.com.br/desconto-de-20-no-ipva-termina-nesta-quinta-feira-10/>

**Canal de Comunicação:** INTERNET

**Data:** 09/02/2022



O desconto de 20% para pagamento do IPVA em cota única vale até esta quinta-feira (10). Em ritmo de contagem regressiva, é importante prestar atenção aos horários para não perder a oportunidade. Pagamentos em caixa eletrônico, internet banking e aplicativo podem ser feitos até as 21h. Já os guichês das agências bancárias funcionam até as 16h. As instituições credenciadas para receber o pagamento do IPVA 2022 são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob. É necessário informar o número do Renavam para ter acesso ao valor devido e fazer o pagamento. Dentro do prazo estabelecido para a cota única, o desconto no valor do imposto é concedido de forma automática. Mais informações estão disponíveis no [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br) ou via 0800 071 0071 e [email protected] Os números mostram que os baianos estão reconhecendo a vantagem do desconto inédito, que é o dobro dos 10% oferecidos nos anos anteriores, e vêm quitando como nunca antes o imposto em cota única. Até agora, já são 220,2 mil pagamentos registrados, volume 77% maior que no mesmo período do ano passado. (Bahia Notícias)

**Veículo:** VISÃO CIDADE

**Canal de Comunicação:**  
INTERNET

**Título:** Desconto de 20% no IPVA tem contagem regressiva até esta quinta

**Data:** 10/02/2022

**Link:** <http://visaocidade.com.br/2022/02/desconto-de-20-no-ipva-tem-contagem-regressiva-ate-esta-quinta.html>

Quem está pensando em aproveitar o desconto de 20% para pagamento do IPVA em cota única deve se apressar: a oferta inédita só vale até esta quinta-feira (10). Em ritmo de contagem regressiva, é importante prestar atenção aos horários para não perder a oportunidade. Pagamentos em caixa eletrônico, internet banking e aplicativo podem ser feitos até as 21h. Já os guichês das agências bancárias funcionam até as 16h. As instituições credenciadas para receber o pagamento do IPVA 2022 são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob. É necessário informar o número do Renavam para ter acesso ao valor devido e fazer o pagamento. Dentro do prazo estabelecido para a cota única, o desconto no valor do imposto é concedido de forma automática. Mais informações estão disponíveis no [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br) ou via 0800 071 0071 e [faleconosco@sefaz.ba.gov.br](mailto:faleconosco@sefaz.ba.gov.br). Os números mostram que os baianos estão reconhecendo a vantagem do desconto inédito, que é o dobro dos 10% oferecidos nos anos anteriores, e vêm quitando como nunca antes o imposto em cota única. Até agora, já são 220,2 mil pagamentos registrados, volume 77% maior que no mesmo período do ano passado. Um dos contribuintes que decidiu quitar de forma antecipada o IPVA foi o analista de sistemas Márcio Braga, que sempre se organiza para pagar o tributo em cota única no início do ano. "Normalmente pago o imposto com o desconto de 10% e quando vi que foi ampliado para 20% não pensei duas vezes. Além do número final da minha placa ser um, ou seja, vencer mais no começo do ano, levei em conta que nenhuma aplicação terá essa rentabilidade. Pra mim foi realmente uma ótima opção", explica. Outras possibilidades Se não fizer o pagamento com 20% de desconto, o contribuinte baiano ainda dispõe este ano de outras condições atraentes à sua escolha. Ainda é possível fazer a quitação integral com um bom abatimento, desta vez de 10%, na data da primeira cota do parcelamento, que varia de acordo com o número final da placa do veículo. Este desconto também é o dobro dos 5% habitualmente concedidos nesta fase em anos anteriores. Em 2022 é possível ainda parcelar o imposto em cinco vezes a partir de março, enquanto nos exercícios anteriores o prazo era de três vezes. De acordo com o diretor de arrecadação da Sefaz-Ba, para parcelar o imposto os proprietários de veículos só precisam observar a data de vencimento da primeira cota na tabela, de acordo com o número final da placa, e pagar o valor estipulado para cada parcela no prazo estabelecido. É preciso, para fazer jus ao parcelamento, que o valor devido seja de no mínimo R\$ 120,00. O proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter direito ao parcelamento em cinco vezes. Segundo o diretor de veículos do Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (Detran-BA), Lucas Machado, o percentual maior de desconto oferecido pelo Governo do Estado para quitação do IPVA tem se mostrado bastante atrativo, considerando o número expressivo de proprietários de veículos que já realizou o pagamento antes mesmo da data. Machado ressalta, no entanto, que o licenciamento completo do veículo engloba outros itens além do IPVA. "Para a regularização do seu carro é necessário quitar débitos do licenciamento anual e multas, se houver. O prazo para ficar em dia com a documentação do veículo termina na data do vencimento da quinta parcela do imposto. É só conferir o cronograma de pagamento no site da Sefaz ou no do

Detran-BA: [www.detran.ba.gov.br](http://www.detran.ba.gov.br)", salienta. Confira como pagar o IPVA 2022 nas instituições bancárias credenciadas Passo a passo para pagamento no aplicativo, no internet banking e no caixa eletrônico do Banco do Brasil: 1 - Pagamentos 2 - Impostos e taxas 3 - Débitos de veículos 4 - Bahia 5 - Licenciamento cota única atual ou IPVA cota única atual Passo a passo para pagamento no internet banking e no caixa eletrônico do Bradesco: 1 - Pagamentos 2 - Débitos de Veículos 3 - Bahia 4 - Débitos de Renavam Passo a passo para pagamento no aplicativo no internet banking e no caixa eletrônico do Sicoob: 1 - Conta corrente 2 - Pagamentos 3 - IPVA e taxas do Detran 4 - IPVA Detran Bahia 5 - Escolher a opção cota única ou com ou sem licenciamento Fonte: Ascom/Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) (Foto: Visão Cidade) Curtir isso: Curtir Carregando... Relacionado

## Vereador aciona MP para informações de ICMS sobre combustível na Bahia

O documento foi encaminhado ao MP-BA cobrando respostas ao ofício enviado em agosto ao governo do estado.

Tribuna da Bahia, Salvador

09/02/2022 10:43 | Atualizado há 22 horas e 17 minutos

Compartilhe



Foto: Max Haack / Ag Haack



O vereador Claudio Tinoco (Democratas) acionou o Ministério Público da Bahia (MP-BA) cobrando respostas do governo do estado acerca do imposto incidente sobre os combustíveis na Bahia, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em agosto de 2021, Tinoco cobrou que Rui abrisse mão de parte do ICMS para baixar o valor da gasolina e solicitou informações através da Lei de Acesso à Informação à Secretaria de Estadual da Fazenda sobre valores arrecadados com o imposto sobre o combustível nos últimos cinco anos. O governo não enviou respostas.

“A caixa preta do governo só fica cada dia mais inalcançável. Se um vereador não consegue ter acesso a informações básicas e que deveriam ser transparentes, mesmo quando solicitadas através de Lei de Acesso à Informação, eu imagino a população em geral. Por isso acredito que esse ofício ao MP-BA seja importante e representativo. Precisamos mostrar à sociedade essa indisponibilidade e falta de transparência do governo”, repreendeu o vereador.

O documento foi encaminhado ao MP-BA cobrando respostas ao ofício enviado em agosto ao governo do estado. No documento, Tinoco afirma que a não resposta significa uma “violação direta às normas vigentes, além de possível violação à princípios constitucionais como legalidade e publicidade”.

“Como se sabe, é dever da administração pública agir com transparência de seus atos, assim como prestar informações desta natureza, afinal, não existe motivos para se omitir da população em geral quais os tributos incidentes no preço dos combustíveis”, escreveu Tinoco no ofício enviado ao MP-BA.

## **Ponte**

O vereador destacou que também não houve resposta a um ofício encaminhado à Secretaria Estadual de Infraestrutura (Seinfra) em janeiro sobre a construção da Ponte Salvador-Itaparica.

Tinoco, que foi secretário estadual de Infraestrutura durante a gestão do ex-governador Paulo Souto, solicitou informações sobre as mudanças realizadas pelo estado no contrato da ponte.

Tinoco questionou quais foram as alterações ocorridas no realinhamento; se houve alteração no valor do contrato; se houve alteração no prazo de execução da

obra e cronograma; se a contrapartida ou contraprestação a ser apresentada pelo Estado da Bahia sofreu algum tipo de mudança; se houve alteração na forma ou valores de remuneração/receita da empresa contratada e se houve aumento nos valores previstos para as tarifas de pedágio.

Compartilhe



Veículo: G1	
Data: 10/02/2022	Caderno: Economia



## ICMS sobre combustíveis representa 14,7% da arrecadação dos estados, mostra levantamento

*Projetos em discussão no Congresso podem alterar a cobrança do tributo e afetar as finanças dos estados. No ano passado, o total de tributos estaduais arrecadados pelos 26 estados e pelo Distrito Federal somou R\$ 689,4 bilhões, sendo R\$ 101,3 bilhões provenientes do imposto que incide sobre combustíveis.*

Por Bianca Lima e Luiz Guilherme Gerbelli, GloboNews e g1

10/02/2022 08h30 Atualizado há 2 horas

Uma eventual redução do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado sobre os combustíveis pode trazer uma perda relevante de arrecadação para os estados.

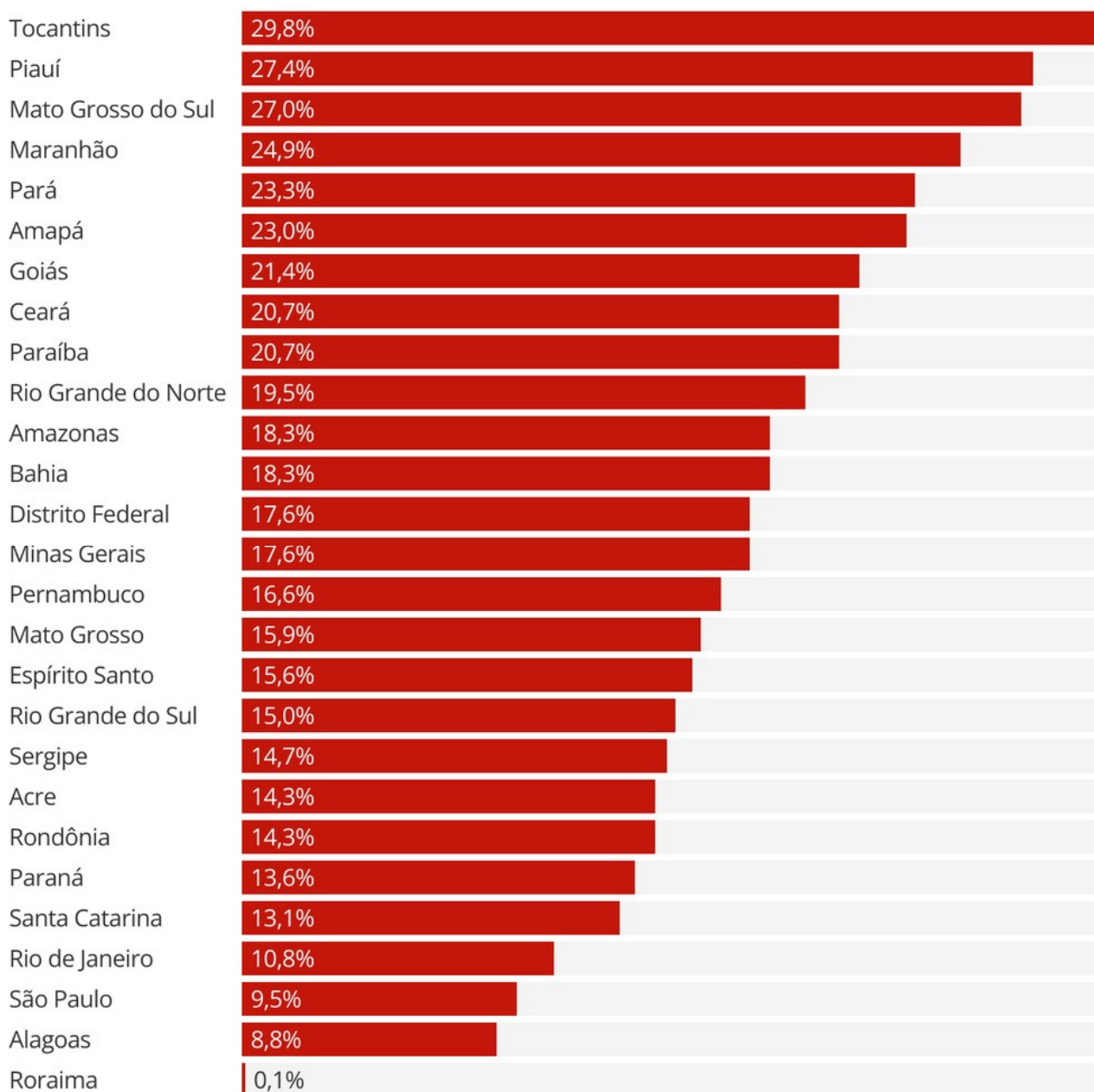
O ICMS é o principal imposto arrecadatório dos governadores, e boa parte dele vem da incidência sobre gasolina e diesel. No ano passado, o total de tributos estaduais arrecadados pelos 26 estados e pelo Distrito Federal somou R\$ 689,4 bilhões, **sendo R\$ 101,3 bilhões provenientes do imposto que incide sobre combustíveis**, segundo um levantamento realizado pelo Centro de Liderança Pública (CLP).

Em nove estados, o ICMS sobre combustíveis representa mais de 20% da receita tributária que entra no caixa dos governadores.

**Veja abaixo:**

## Importância do imposto para os estados

Parcela do ICMS na receita tributária de cada local\*



\*Média entre 2015 e 2021

Fonte: CLP, com base nos dados do Confaz

Fatia do ICMS na receita dos estados — Foto: Economia g1

A cobrança do ICMS no preço dos combustíveis se tornou um embate público entre o presidente [Jair Bolsonaro](#) e os governadores. Com frequência, Bolsonaro cobra dos estados uma redução do imposto para ajudar na queda dos preços da gasolina e do diesel.

"Uma mudança na cobrança do ICMS vai ter um impacto muito significativo, sobretudo para os estados que têm uma malha rodoviária importante", afirma Daniel Duque, gerente da inteligência técnica do CLP.

"O Centro-Oeste é uma região muito dependente do ICMS de combustíveis, dado que o agronegócio depende do escoamento da produção para os portos", acrescenta.

### ***Congelamento do ICMS***

Pressionados por Bolsonaro, os governadores anunciaram o congelamento do ICMS em novembro do ano passado. Em janeiro, a medida foi renovada e vale até março.

Com o congelamento, os estados deixaram de calcular o "preço médio ponderado ao consumidor final" a cada 15 dias para a cobrança do ICMS. Dessa forma, eventuais aumentos nos preços dos combustíveis não são mais considerados na base de cálculo do ICMS.

Os governadores, no entanto, defendem a criação de um fundo com verbas federais para mitigar a alta dos preços dos combustíveis. Os recursos seriam utilizados para compensar os períodos de aumento na cotação do barril do petróleo. Eles também defendem que qualquer mudança do ICMS seja feita a partir de uma ampla reforma tributária.

Os estados **mantiveram a decisão de congelar o ICMS** num momento de melhora das contas locais. Nos últimos anos, vários governadores enfrentaram uma severa restrição fiscal, com atrasos de salários e paralisação de obras. No ano passado, no entanto, uma combinação positiva de fatores permitiu que um aumento de arrecadação trouxesse um alívio para o caixa dos estados. Os estados foram beneficiados pelos seguintes fatores:

- **Inflação.** Em 2021, a alta dos preços foi bem maior do que o previsto pelas analistas. O aumento de preços dos produtos faz com que o setor público arrecade mais;
- **Preços das commodities.** A retomada da economia global puxou a cotação das commodities em todo o mundo, o que melhorou, por exemplo, a arrecadação de royalties e participação especial do petróleo de diversos estados;
- **Retomada da economia.** Depois do tombo de 4,1% em 2020, a atividade econômica se recuperou em 2021, em meio ao avanço da vacinação e à reabertura do comércio e dos serviços. O mercado financeiro projetou uma alta de 4,5% do PIB em 2021, mas de apenas 0,30% em 2022. Ou seja, a recuperação vai perder força, o que deve impactar a arrecadação.
- **Salários congelados.** O caixa dos estados também foi reforçado pelo fato de o salário dos servidores ter ficado congelado até o fim de 2021, como

contrapartida ao socorro da União para mitigar os estragos econômicos provocados pela pandemia de coronavírus.

- 
- **Dívida com a União.** Por causa da crise sanitária, os estados ainda tiveram a dívida suspensa com o governo federal.
- 

### **ICMS no preço dos combustíveis**

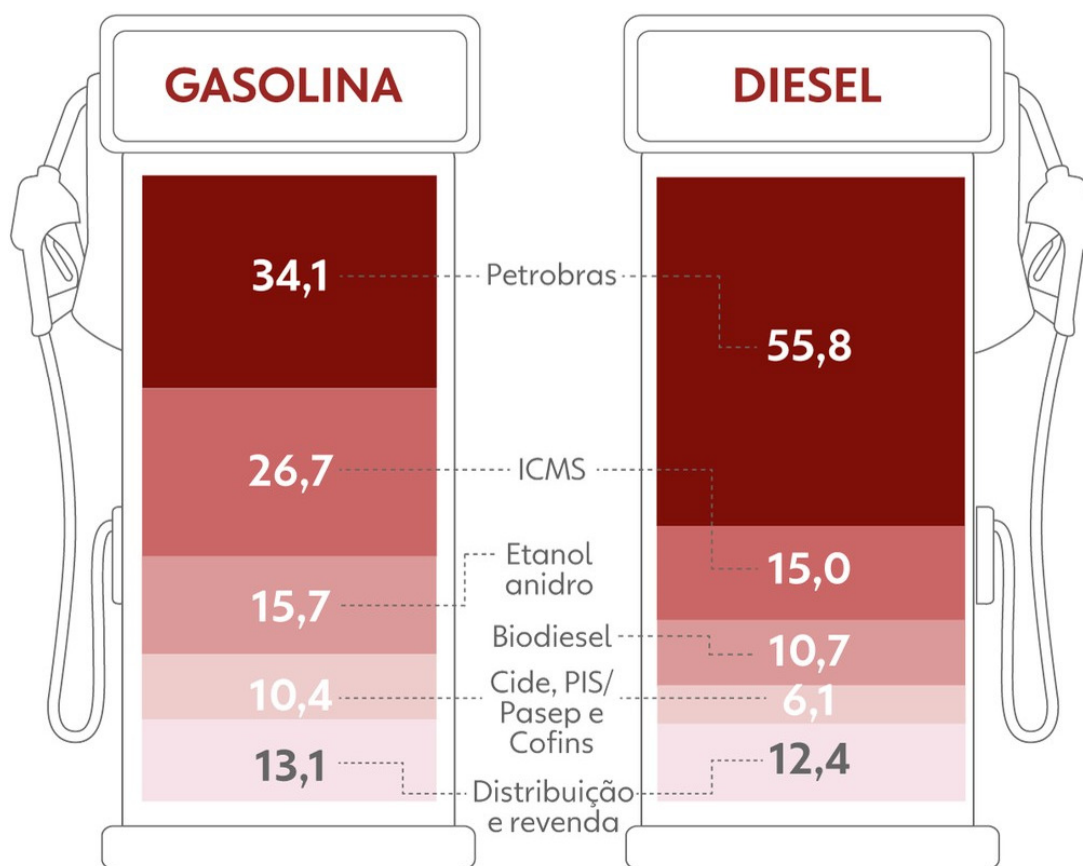
O ICMS compõe apenas uma parte do preço do preço do combustível. Ele também é formado pela margem da Petrobras, por tributos federais (PIS/Pasep, Cofins e Cide), além do custo de distribuição e revenda.

Há ainda o custo do etanol anidro, que é adicionado à gasolina, e o valor do biodiesel, que compõe o diesel. **Veja abaixo:**

## **Composição dos preços**

**Veja quanto cada item representa do preço**

Valor em %



Fonte: Petrobras  
Infográfico elaborado em: 09/02/2022

### **Debates em andamento**

No Congresso Nacional, duas propostas de emenda à Constituição (PEC) e um projeto de lei podem alterar a cobrança do ICMS.

- **Senado**

De autoria do senador Carlos Fávaro (PSD-MT), a **PEC** autoriza União, estados e municípios a reduzir ou zerar impostos – como o ICMS – sobre diesel, biodiesel, gás e energia elétrica, em 2022 e 2023, sem precisar de medida de compensação.

Também cria um auxílio diesel de R\$ 1,2 mil para caminhoneiros, com recursos que serão pagos fora do teto de gastos; aumenta de 50% para 100% o subsídio para as famílias de baixa renda na compra do gás de cozinha; e repassa R\$ 5 bilhões para os municípios com o objetivo de mitigar a alta da tarifa do transporte público.

O Senado ainda analisa um **projeto de lei** que determina que o ICMS deixará de ser cobrado como uma porcentagem sobre o preço final do combustível. A proposta é de que o tributo passe a ser um preço fixo, em reais por litro. Esse preço seria definido uma vez por ano, pelos governos estaduais, e não poderia ultrapassar o valor médio do combustível dos últimos dois anos. O projeto é criticado pelos governadores, que afirmam que perderiam mais de R\$ 20 bilhões em arrecadação no período de um ano.



Pacheco não dá garantia de que PEC dos Combustíveis será votada no Senado

- **Câmara dos Deputados**

Apresentada pelo deputado Christino Áureo (PP-RJ), a **PEC** proposta permite que União, estados e municípios reduzam ou zerem impostos sobre os combustíveis e o gás de cozinha em 2022 e 2023, sem medida de

compensação. Também permite diminuir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Fontes do ministério da Economia calculam que a perda de arrecadação, apenas para a União, seria de R\$ 54 bilhões em um ano.



# Nordeste e Norte têm concentração maior de nem-nem

Pobreza e mercado fraco explicam proporção maior de jovens desempregados e fora da escola, mostra estudo da IDados

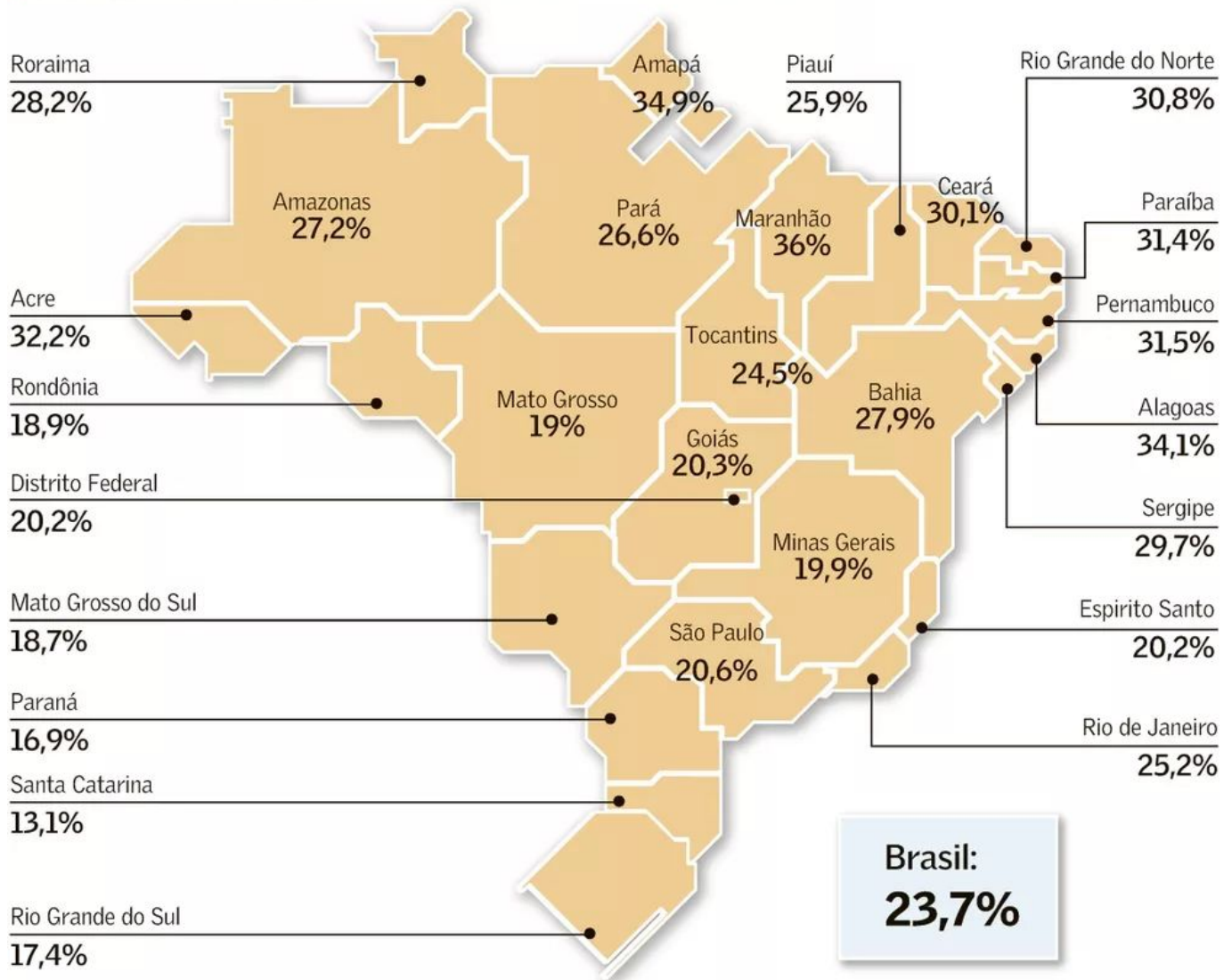
Por Lucianne Carneiro — Do Rio

10/02/2022 05h01 · Atualizado há 4 horas

## O retrato dos jovens sem estudo e sem trabalho

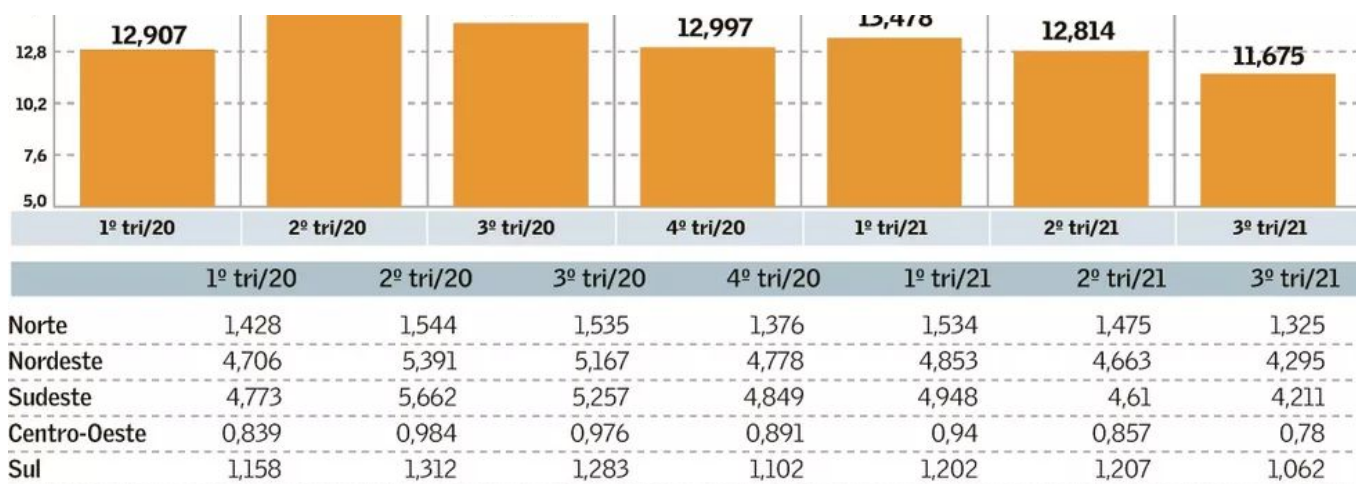
Proporção de nem-nem em Estados do Nordeste e do Norte passa dos 30%

■ **Proporção (em %) de jovens (15 a 29 anos) nem-nem - 3º trimestre de 2021**



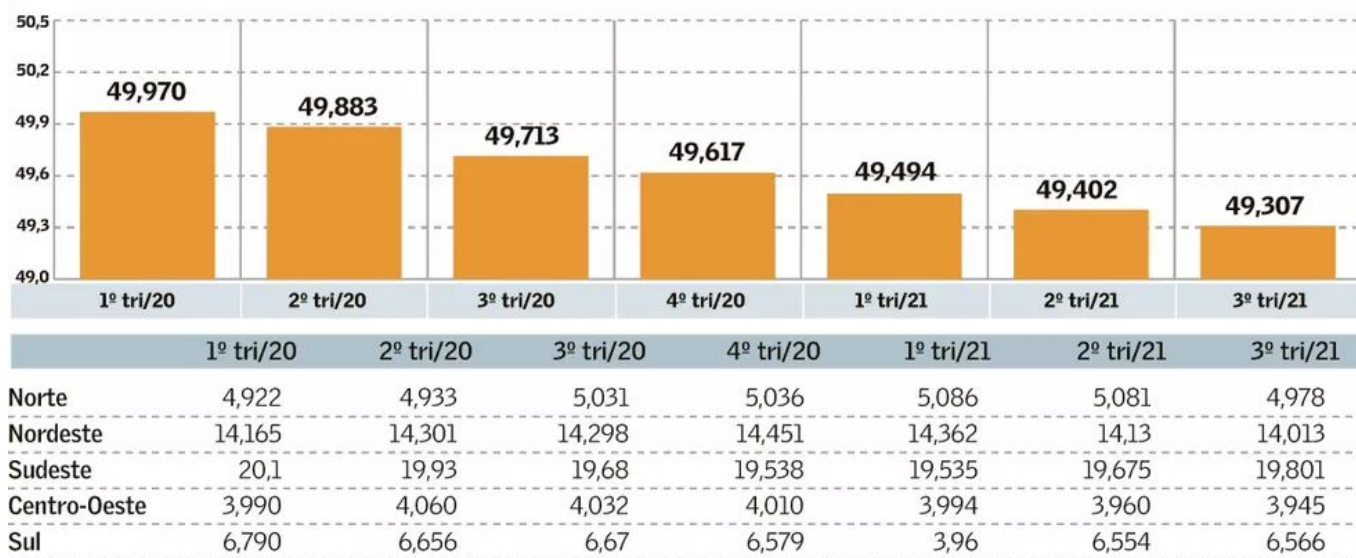
■ **Total de nem-nem por região (em milhões)**





### ■ Total de jovens de 15 a 29 anos (em milhões)

Brasil



Fonte: Idados, a partir da Pnad Contínua

Dos 11,675 milhões de jovens entre 15 e 29 anos que não estudam nem trabalham no Brasil, os chamados nem-nem, quase metade (48%, ou 5,6 milhões em números absolutos) estão nas regiões Norte e Nordeste. A participação é bem maior que os 38% que essas regiões representam do contingente total de jovens nessa faixa etária no país, segundo levantamento exclusivo da IDados para o **Valor** feito a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do terceiro trimestre de 2021, último dado disponível para o indicador regional. Pobreza, mercado de trabalho menos dinâmico e escolas públicas mais precárias estão entre as razões apontadas por especialistas para explicar a incidência maior do fenômeno nessas regiões.

O problema também pode ser visto sob outro ângulo: a proporção de nem-nem no total dos jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos. Nesta comparação, os nem-nem representam 23,7% desses jovens, na média brasileira. Mas esse percentual é de 30,6% no Nordeste e de 26,6% no Norte. Há Estados com índices ainda mais preocupantes, como Maranhão (36%), Amapá (34,9%), Alagoas (34,1%) e Rio Grande do Norte (30,8%). A diferença também aparece quando se compara com outras regiões brasileiras: 16,1% no Sul, 19,7% no Centro Oeste e 21,2% no Sudeste.

“Os dados mostram um desbalanceamento entre a presença dos nem-nem desses Estados no total nacional, o que sugere uma concentração maior”, diz o professor da Uerj e economista da IDados Bruno Ottoni, que fez o estudo.

Essas disparidades regionais já eram uma realidade antes da pandemia. No quarto trimestre de 2019, a proporção de nem-nem em relação aos jovens de 15 a 29 anos era de 24% no Brasil e de 35,6% no Maranhão, 28,6% no Amapá e 31,1% em Pernambuco. No período inicial da crise sanitária, a incidência de nem-nem avançou como um todo no país e vem melhorando nos últimos trimestres, como reflexo da reação do mercado de trabalho, ainda que com vagas mais precárias, explica professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) João Saboia. Naquele momento inicial da pandemia, lembra ele, houve forte redução da população ocupada, além do fechamento das escolas ter contribuído para o abandono de alunos.

O padrão de concentração maior em Estados do Norte e Nordeste, no entanto, se manteve sem alterações. Naquele segundo trimestre de 2020, quando a proporção de nem-nem do total de jovens entre 15 e 29 anos chegou a 29,9% na média brasileira, esbarrou em 40% em alguns desses Estados, como Alagoas (42,6%), Maranhão (40,5%), Paraíba (39,5%) e Pernambuco (39,2%). “A grande diferença se deve às enormes desigualdades regionais do país”, diz ele.

A fraqueza do mercado de trabalho dessas regiões fica clara nas taxas de desemprego, tradicionalmente mais elevadas que a média brasileira e também de Estados mais desenvolvidos. No terceiro trimestre de 2021, último dado do IBGE disponível, por exemplo, o desemprego médio no Brasil estava em 12,6%, mas era de 16,4% no Nordeste, maior taxa entre as cinco regiões brasileiras. Em alguns Estados, se aproximava dos 20%, como em Pernambuco (19,3%), Bahia (18,7%) e Alagoas (17,1%). Na região Norte, a média fica em 12%, mas há também situações extremas, como Amapá (17,5%) e Maranhão (15%).

“Os jovens já enfrentam mais dificuldade para conseguir trabalhar por causa da falta de experiência. Em mercados de trabalho com mais desemprego, essa dificuldade se intensifica”, ressalta Ottoni.

Na avaliação da professora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) Valéria Ferreira Santos de Almada Lima, a “desestruturação” desses mercados de trabalho favorece essa proporção maior de jovens que não trabalham nem estudam nessas regiões. Nesses mercados menos dinâmicos, diz ela, é maior a tendência de empresas exigirem grau maior de escolaridade e experiência mesmo para vagas que seriam de menor qualificação. “É como um filtro para entrar no mercado”, afirma. Este tipo de prática aumenta ainda mais o chamado desemprego de inserção, que é aquele no início da vida profissional do indivíduo. “Há um ciclo vicioso. O jovem não consegue trabalho porque não tem experiência, mas também não adquire experiência profissional por falta de oportunidades”, lembra.

Mas a professora, que coordena o eixo trabalho do Observatório Social e do Trabalho da UFMA, também inclui a pobreza como fator importante para essas disparidades nos índices de nem-nem. Ela lembra que o fenômeno dos nem-nem é mundial, diante do novo contexto do mercado de trabalho, com mais precarização, mas que existe uma relação entre a pobreza e o maior desemprego.

“Não é mera coincidência que os dados mostrem que a incidência é maior exatamente nas regiões mais pobres do país. Onde tem mais pobreza, há menos oportunidades de postos de trabalho e o mercado é mais seletivo. Não é à toa que o Maranhão, um dos Estados mais pobres do Brasil, tenha também o maior índice de nem-nem”, diz ela, complementando. “O fenômeno do nem-nem não atinge só a classe mais pobre, mas aqueles com piores condições tendem a enfrentar mais dificuldades”.

Em regiões mais pobres, a tendência também é de sistemas educacionais mais precários e, portanto, mais suscetíveis à evasão escolar. O aspecto é apontado por João Saboia como mais uma influência para concentração maior de nem-nem nas regiões Norte e Nordeste.

“É o subdesenvolvimento local que produz mais nem nem no Norte e Nordeste. Um mercado de trabalho pouco desenvolvido e escolas públicas mais precárias desincentivam o estudo e o trabalho de jovens”, afirma.

Para a professora da Universidade Federal do Maranhão, a redução da proporção de jovens que não estudam nem trabalham no país passa por políticas para reduzir a evasão escolar, aumentar a qualificação profissional e também facilitar a entrada no mercado de trabalho.

“Não adianta só investir em educação e em qualificação profissional. É preciso encaminhamento para o mercado de trabalho. Ficou para trás o tempo em que só qualificação era garantia de emprego”, defende ela.

Uma das principais preocupações em relação aos nem-nem é o tempo de permanência nesta condição. Bruno Ottoni ressalta que, assim como no caso do desemprego de longa duração, quanto mais demorada for esta fase, maior é a perda de capital humano, que tende a dificultar ainda mais sua inserção no mercado e comprometer a trajetória profissional desses jovens.

“É um jovem que vai perdendo capital humano porque esquece o que aprendeu ou que aprendeu vai ficando defasado. E tem um problema maior ainda é que não acumula experiência no mercado de trabalho, o chamado ‘learning on the job’. No fim das contas, só vai tornando mais difícil sua entrada. E isso tem consequências para o jovem e para o país, que investiu desse jovem, a despeito do debate se a educação foi boa ou ruim”.

# ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

**MUDANÇA** Cliente Oi? Confira qual é a sua futura operadora

atarde.com.br/economia

**NOVOS NEGÓCIOS** Ministério da Economia informou que foram abertas no país 4,026 milhões de empresas em 2021, um recorde histórico em um ano

## Brasil tem saldo positivo de 2,6 mi de novas empresas

**PEDRO RAFAEL VILELA**  
Agência Brasil, Brasília

O Ministério da Economia informou ontem que foram abertas no país 4,026 milhões de empresas em 2021, um recorde histórico em um ano. No mesmo período, no entanto, foram fechadas 1,410 milhão de empresas. O saldo de novos negócios ficou positivo em 2,615 milhões.

O quantitativo de empresas abertas representa um aumento de 19,7% em relação a 2020. Atualmente, há 18,915 milhões de empresas ativas no Brasil. Os dados constam no Mapa de Empresas, uma plataforma digital do Ministério da Economia que fornece dados sobre o registro empresarial no país. A cada quatro meses, o serviço tem as informações atualizadas.

O estado do Amapá foi o que apresentou o maior crescimento percentual de empresas abertas em 2021, com aumento de 40,9% em relação ao ano de 2020, seguido por Alagoas (39,2%), Piauí (33%), Paraíba (31,1%) e Bahia (30,6%). Já o Mato Grosso do Sul registrou o menor crescimento de abertura de empresas, 13,6%. Rio de Janeiro (13,7%), Espírito



Rovena Rosa/Agência Brasil/ 19.04.2021

**Bahia teve quinto maior crescimento percentual de empresas abertas em 2021**

**O total de empresas abertas representa um aumento de 19,7%**

Santo (15,3%), Paraná (15,5%) e Distrito Federal (15,6%) foram as outras unidades da federação que registraram menor expansão de novos negócios ao longo do ano passado.

Do total de empresas ativas no Brasil, quase metade (48,5%) é do setor de serviços, seguida pelas empresas

de comércio (33%), indústria de transformação (9,3%), construção civil (7,9%), agropecuária (0,7%), extrativa mineral (0,1%) e outras (0,5%). A grande maioria, cerca de 13,2 milhões - do total de 18,9 milhões - são empresas individuais, incluindo o microempreendedor individual (MEI).

### VARIAÇÃO

## Dólar é cotado a menor patamar em cinco meses

**AGÊNCIA BRASIL**  
São Paulo

O dólar fechou ontem no menor patamar em quase cinco meses, ameaçando perder um importante suporte técnico, com as vendas de moeda no Brasil ocorrendo em mais um dia de apetite por risco no exterior, que resultou em ganhos para a classe de ativos emergentes antes dos aguardados dados de inflação nos Estados Unidos (EUA), que serão divulgados hoje.

Como pano de fundo, o

real teve suporte ainda de declarações do diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Bruno Serra, que, para o mercado, endossou expectativas de mais altas de juros, ao dizer que a batalha contra a inflação está longe de ganhar. Sem ser específico, Serra disse que, "por culpa nossa", a taxa de câmbio no Brasil depreciou mais do que em outros países no ano passado. O dólar à vista caiu 0,64%, cotado a R\$ 5,2269, menor valor desde o dia 13 de setembro do ano passado (R\$ 5,2236).

### BANCOS

## BB lança conta digital em dólar para correntistas

**AGÊNCIA BRASIL**  
Brasília

O Banco do Brasil anunciou ontem o lançamento de uma conta digital em dólar, exclusiva para seus correntistas pessoas físicas. Batizada de Conta Easy!, a solução foi feita em parceria com o BB Americas Bank.

A Conta Easy permite aos clientes realizarem transferências sem tarifas de sua conta corrente pessoa física no Banco do Brasil direta-

mente para a sua conta digital em dólar no BB Americas, criando reserva para as suas viagens internacionais ou outras finalidades. Segundo o banco, a solução está disponível para correntistas do BB que não tenham sido clientes do BB Americas nos últimos 12 meses. Ao abrir a Conta Easy, o cliente receberá um cartão de débito bandeira Visa, para compras em mais de 44 milhões de estabelecimentos do mundo.

# Ligue e Ganhe

Você, assinante do jornal A TARDE, sabe que tem informação com a qualidade e credibilidade do Grupo A TARDE, tem também o clube de benefícios e ainda pode ligar e **GANHAR PRÊMIOS.**

Acompanhe o jornal, fique atento as redes sociais e saiba o dia e hora que você vai poder **LIGAR E GANHAR.**

assine.atarde.com.br



Segunda a sexta, das 9h às 16h

71 3533-0850 (SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA)

0800 071 8500 (DEMAIS LOCALIDADES)

Jornal  
**A TARDE**

Grupo  
**A TARDE**  
COMUNICAÇÃO

CLUBE  
**A TARDE**



# Armando Avena



ANÁLISE ECONÔMICA,  
FATOS E NEGÓCIOS

atarde.com.br/columnista/armandoavena  
armandoavena@grupoatarde.com.br

## Os filhos do algoritmo

Ainda somos filhos de Deus, mas agora quem traça nosso destino é o Algoritmo, grafado em maiúscula, pois se trata de um novo deus, onisciente e onipresente, e responsável por determinar nosso futuro e até nosso passado. Determina o futuro porque é responsável pela seleção dos novos contratos de empregos, pelas compras que vamos fazer, pelas músicas e filmes que vamos ouvir e assistir e por centenas de pequenas ações que pensamos estar fazendo livremente, mas que são induzidas direta ou indiretamente por ele. E determina o passado porque é ele que vai selecionar as notícias que estarão nos sites de busca e que vão contar a nossa história, de acordo com sua percepção do mundo. E, além de definir o que vamos ver, o que vamos ouvir, o que vamos ler, a melhor rota a seguir e o que vamos com-

prar, o algoritmo tenta cada vez mais definir como vamos pensar.

O algoritmo é o que chamamos de inteligência artificial, mas, na verdade, nada mais é do que uma sequência lógica de instruções, que torna possível a um computador ou um aplicativo realizar uma ação de acordo com um fluxograma. Mas então como ele é capaz de fazer tudo isso? Ocorre que essa inteligência artificial colhe diariamente nossas informações, aprende a identificar-nos, avalia nosso comportamento e classifica e associa todas as informações com o objetivo de induzir nossas ações. O novo deus induz você a comprar baseado nas suas buscas e nos seus interesses na internet, passa a lhe encaminhar posts e vídeos nas redes sociais, de acordo com suas manifestações anteriores, de amor, ódio e medo, e

de tal maneira que molda ou consolida seus gostos e preferências, não só no âmbito comercial, mas também no âmbito político, construindo ou modificando sua forma de ver o mundo.

Cada vez que acessamos o celular fornecemos dezenas de informações sobre nós

**Imprescindível criar uma política de controle e ética no mundo dos algoritmos, já que proteger nossa privacidade é impossível**

mesmos a esse deus, que tem o objetivo não declarado de vender produtos e idéias, e que se vale de uma percepção do mundo que tende a ser reacionária, resistente à mudanças, pois tende a fortalecer idéias pré-concebidas há muito mais. Hoje, quando um currículo chega a uma empresa, ninguém mais avalia as habilidades ou a experiência ali descrita, pois a vaga de emprego é definida pelo algoritmo. E no mercado de ações já existe um algoritmo investidor programado para reagir à alta ou a queda dos papéis, e eles já representam mais de 40% das decisões de compra e venda. Claro, há avanços incríveis que podem beneficiar a sociedade, como, por exemplo, o conjunto de algoritmos capaz de fazer um carro andar sem motorista e até voar nas cidades, de fazer um drone entregar mercadorias ou

monitorar plantas industriais em tempo real, assumindo todas as decisões, inclusive sobre logística, aumentando absurdamente a produtividade. Mas, é sempre bom lembrar, que o drone também pode lançar bombas no Afeganistão e que o avanço nas fábricas significa a perda de milhões de empregos humanos, pois toda e qualquer atividade padronizável poderá ser feita por um algoritmo. A verdade é que estamos submetidos a um novo deus, que não só define o que vemos e como vemos, o que compramos e como compramos, mas que tem o poder de fazer nossa cabeça. Por isso, é imprescindível estabelecer uma política de controle e ética no mundo dos algoritmos, já que proteger nossa privacidade tornou-se impossível, afinal o novo deus é onisciente e onipresente.

## Os juros e as PECs

O Brasil voltou a cantar a ciranda dos juros. E a previsão já é de uma taxa Selic de 12,5% ao ano. Com uma inflação de dois dígitos, era preciso aumentar os juros, mas o Banco Central exagerou. Elevação de juros é receita para conter a demanda, mas a demanda não está crescendo, pelo contrário, está estagnada, é só ver as vendas no varejo. A inflação brasileira hoje tem muito mais componentes de custos do que de demanda. Parte do aumento dos custos está no reajuste de combustíveis, que é um problema complexo, que precisa ser equacionado tecnicamente. Como não há governo, esse assunto foi deixado nas mãos dos políticos e das suas PECs irresponsáveis, que vão desequilibrar ainda mais a economia.

**DENÚNCIA** Empresa é acusada de propaganda enganosa dos iPhones e de outras práticas ilícitas

## MP-BA ajuíza ação civil pública contra a Apple por práticas abusivas

DA REDAÇÃO

O Ministério Público da Bahia ajuizou ontem uma ação civil pública contra a Apple por práticas abusivas contra os consumidores.

No documento assinado pela promotora de Justiça Joseane Suzart, o MP-BA alega que a Apple engana os clientes ao publicizar iPhones resistentes à água, mas deixando desassistidos os clientes que têm o aparelho danificado por líquidos.

O documento pontua que a desassistência não leva em conta se os dispositivos foram utilizados estritamente conforme as instruções do fabricante e se o requerimento de reparo se dá no prazo de garantia.

**Negativas**

Na ação, o MP alega ainda que a Apple também tem dado sucessivas negativas de reparo em assistências técnicas autorizadas.

"Os prepostos da Apple prevalecem-se da vulnerabilidade técnica do destinatário finais para – além de excluir ilegalmente a responsabilidade pelo vício do produto sem cumprir com o que consta no art. 12, § 3º do CDC – compelir os clientes à aquisição de novos produtos em valores ver-



Johanes Eisele / AFP / 19.09.2019

**Apple é acusada de vender vários iPhones com tempo de vida útil mais curto**

dadeiramente absurdos", destaca a promotora.

Na ação, a Apple é acusada também de violar o dever de informar de forma adequada os , nas ofertas, sobre como funciona a compatibilidade de rede e sinal dos iPhones.

Segundo a denúncia, a Apple estaria colocando à venda diversos iPhones com ob-

solescência programada, ou seja, com tempo de vida útil mais curto que o possível.

A petição aponta duas ocasiões em que a prática abusiva foi aplicada: em 2017, quando a empresa se utilizou de softwares para, sem avisar aos usuários, reduzir o desempenho de iPhones com a bateria já des-

gastada, e quando lançou os iPhones XR, aparelhos que, de forma sistêmica e em diversas partes do mundo, apresentam vícios ocultos intermitentes de sinal e conectividade após um ou dois anos de uso, quando já havia terminado a garantia.

O MP pede que a Apple pague indenização por da-

**O MP pede que a Apple pague indenização por danos materiais e morais**

**Ação alega que a Apple engana os clientes ao publicizar iPhones resistentes à água**

nos materiais e morais sofridos pelos consumidores afetados pelas práticas abusivas e ilícitas denunciadas, bem como à restituição do indébito, e efetue pagamento a título de dano moral coletivo causado à sociedade, o qual deve ser revertido para o Fundo Federal dos Direitos do Consumidor.

**ALTA**

**Inflação tem maior resultado para o mês desde 2016**

**CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL**  
Agência Brasil, Rio de Janeiro

A inflação caiu para 0,54% em janeiro. No mês anterior, tinha ficado em 0,73%. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou ontem os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), esse foi o maior resultado para o mês de janeiro desde 2016, quando atingiu 1,27%.

No acumulado dos últimos 12 meses, o indicador apresentou alta de 10,38%, patamar superior aos 10,06% registrados no período imediatamente anterior. Em janeiro de 2021, a variação mensal ficou em 0,25%. Segundo André Filipe Almeida, analista da pesquisa, o resultado foi influenciado, principalmente, por alimentação e bebidas (1,11%), o que provocou o maior impacto no índice do mês (0,23 ponto percentual).

"Foi a alimentação no domicílio (1,44%) que influenciou essa alta. Mais do que a alimentação fora do domicílio, que desacelerou de 0,98% para 0,25%. Os principais destaques foram as carnes (1,32%) e as frutas (3,40%), que tiveram os maiores impactos.

**TELEFONIA MÓVEL**

## Cade aprova venda fatiada da Oi para a Claro, Vivo e Tim

DA REDAÇÃO

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, com restrições e votação apertada, a operação de venda da companhia de telefonia móvel Oi para as rivais Claro, TIM e Telefônica (Vivo) por R\$ 16,5 bilhões.

Três dos seis conselheiros votaram pela reprovação do negócio, que só foi aprovado devido ao voto de minerva do presidente do órgão, Alexandre Cordeiro de Macedo.

O valor a ser pago será dividido entre as três empresas. A Tim desembolsará R\$ 7,3 bilhões, a Vivo pagará R\$ 5,5 bilhões, e a Claro, R\$ 3,7 bilhões.

A decisão contraria o voto do relator do caso, Luis Braido, que deu parecer pela reprovação da venda e foi acompanhado pela conselheira Paula Farani e o conselheiro Sergio Ravagnani.

Foram contrários à venda o relator, Luiz Braido, e os conselheiros Paula Farani e

Sergio Ravagnani. Todos destacaram a insuficiência das propostas para evitar a concentração do mercado.

Quem abriu a divergência na votação foi a conselheira Lenisa Rodrigues Prado, que foi acompanhada por Luiz Hoffman e pelo presidente Alexandre Barreto de Souza. A operação de venda, no entanto, fica condicionada à adoção de medidas para mitigar problemas de concorrência antes da conclusão da operação de compra.

**RETOMADA**

## Vendas do varejo têm crescimento acumulado de 1,4%

**ANA CRISTINA CAMPOS**  
Agência Brasil, Rio de Janeiro

As vendas do comércio varejista registraram queda de 0,1% em dezembro, mas fecharam o ano de 2021 acumulando crescimento de 1,4% em relação a 2020. Os dados são da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada ontem pelo IBGE.

Dessa forma, 2021 foi o quinto ano consecutivo de resultados positivos para o volume de vendas no varejo

e o resultado foi bem próximo dos dois anos anteriores, que registraram alta de 1,2% (2020) e de 1,8% (2019).

O último ano a acumular perdas em relação ao ano anterior foi 2016 (-6,2%).

O comércio vinha registrando crescimento na primeira parte de 2021 (6,7%), mas teve uma sequência de quedas no segundo semestre, que acabou sendo encerrado com recuo de 3%. O comportamento foi inverso

ao ano de 2020, que teve queda no primeiro semestre (-3,2%) e alta no segundo (5,1%).

"O primeiro semestre de 2020 foi marcado pelo início da pandemia no Brasil, com o fechamento do comércio vários meses em boa parte do país, a base de comparação para o primeiro semestre de 2021 era baixa e o crescimento nesse período era esperado", explicou, em nota, o gerente da pesquisa, Cristiano Santos.

## Alta de alimentos de 1,11% afeta o IPCA de janeiro, diz IBGE

**CUSTO DE VIDA** A inflação de janeiro, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi puxada majoritariamente por alimentos. A alta de 0,54%, 0,23 ponto percentual (p.p.) foi acrescentado pelo avanço de 1,11% no grupo Alimentação e Bebidas, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo André Guedes, analista do IBGE, a alta na

# 3,40%

**foi a inflação das frutas em janeiro, mais caras do que as carnes, 1,32%, o que segundo o IBGE, puxou a inflação de alimentos e impactou no IPCA**

inflação de alimentos foi puxada pela alimentação no domicílio, especialmente porque o avanço desses preços acelerou em janeiro ante dezembro. A alimentação no domicílio passou de alta de 0,79% em dezembro para 1,44% em janeiro. Os destaques foram os preços das frutas e das carnes.

"Fatores climáticos influenciam na quantidade ofertada e na qualidade, influenciando nos preços", disse Guedes, citando o excesso de chuvas no Sudeste e no Nordeste e a seca no Sul.

Conforme o IBGE, as frutas ficaram 3,40% mais caras e as carnes subiram 1,32%, puxando a inflação de alimentos, "embora tenham registrado altas menos intensas em relação ao mês

anterior (8,60% e 1,38%, respectivamente)".

Sozinho, o item "carnes" acrescentou 0,04 ponto percentual (p.p.) na variação agregada do IPCA de janeiro.

Já os preços do café moído (4,75%) subiram pelo 11º mês consecutivo, acumulando alta de 56,87% nos últimos 12 meses. Segundo o IBGE, outros destaques foram a cenoura (27,64%), a cebola (12,43%), a batata-inglesa (9,65%) e o tomate (6,21%).

Na contramão, houve recuos nos preços do arroz (-2,66%), do frango inteiro (-0,85%) e do frango em pedaços (-0,71%).

A pressão da inflação de alimentos só não foi maior porque a alimentação fora do domicílio desacelerou.

## Banco Central: busca por rotativo do cartão é o maior em 10 anos

**ENDIVIDADOS** As concessões de empréstimos por meio do cartão de crédito rotativo para pessoas físicas avançaram em 2021 e bateram recorde, segundo números divulgados ontem pelo Banco Central (BC).

O crédito concedido pelas instituições financeiras no cartão de crédito rotativo

somou R\$ 224,7 bilhões em 2021, uma média mensal de R\$ 18,7 bilhões. Isso representa um crescimento de 23% na comparação com os 182,7 bilhões (ou R\$ 15,2 bilhões) por mês, registrados no ano anterior, disse o BC.

A série histórica da instituição, para anos fechados, teve início em 2012. Com is-

so, esse é o maior patamar em dez anos. O crédito rotativo do cartão de crédito é acionado por quem não consegue pagar o valor total da fatura na data do vencimento. A parcela que deixou de ser paga é considerada nas estatísticas do BC como essa linha de financiamento.

O aumento da procura pe-

lo cartão de crédito rotativo ficou acima da expansão média das concessões de todo crédito bancário em 2021 — de 19%. Esse crescimento também coincidiu com a alta dos juros, da inflação e no endividamento das famílias com os bancos, que atingiu 51,1% em outubro do ano passado, também recorde.

# miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

## Assalto eleitoreiro aos cofres públicos

O governo está brincando com fogo perto do tanque de gasolina. A inflação está alta, disseminada e persistente. As projeções dos economistas indicam queda nos próximos meses, mas essas previsões podem mudar porque o cenário está mudando. Há um ano, o mercado previa 3,5% para a inflação de 2021 e deu mais de 10%.

O governo patrocina propostas que representam gastos de R\$ 50 bilhões a R\$ 100 bilhões e prepara novos truques para burlar as regras fiscais. Isso alimenta a inflação futura.

As bombas fiscais estão sendo armadas pelo próprio governo Bolsonaro, por desespero diante das pesquisas de intenção de voto que são todas desfavoráveis ao presidente.

O IPCA de janeiro desacelerou em relação a dezembro, mas disso já se sabia. O acumulado em 12 meses voltou a subir para 10,38%. Pior, a inflação dos mais pobres foi de 0,67% e o acumulado, 10,60%. Um índice nesse nível é sensível a qualquer nervosismo, a qualquer choque, como dizem os economistas.

Cenas explícitas de populismo eleitoreiro e sinais de que o ministro da Economia foi esvaaziado são combustíveis para a alta do dólar que alimenta a es-

calada dos preços.

A inflação está generalizada. Dos nove grupos, oito subiram. O único que não subiu foi por fatores específicos. Caíram os preços do grupo transportes, por causa da gasolina, das passagens aéreas e da diminuição do gás. Houve ainda a redução da conta de luz por causa do bônus para quem cortou o consumo. Mas isso não se repetirá.

A ideia de gastar R\$ 100 bilhões eliminando todos os impostos sobre combustíveis e energia e ainda dando um vale-diesel para o caminhoneiro é tão incendiária, do ponto de vista fiscal, que todo mundo entendeu qual é a jogada.

Diante dessa, qualquer outra poderã parecer aceitável. Esse é o truque. Mas não há proposta aceitável de subsídio a combustível fóssil, ainda mais quando ele é linear e favorece também o dono do carro de luxo.

**Há um ano, o mercado projetava 3,5% para a inflação de 2021 e deu mais de 10%**

A assinatura da proposta kamikaze pelo próprio filho do presidente, senador Flávio Bolsonaro, junto com quatro senadores da base, três deles do PL, já seria o suficiente para mostrar de onde vem a bomba fiscal. Mas há outros indícios do DNA de todos os projetos que arrombam os cofres públicos.

A primeira ideia foi formulada dentro da Casa Civil. O líder do governo na Câmara, Ricardo

Barros, foi claro: "O presidente Bolsonaro disse o seguinte: eu quero zerar os impostos federais dos combustíveis." Então esse é o autor primeiro das bombas fiscais que estouram sobre o cofre do Tesouro: o presidente da República.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, em entrevista ao "Estado de S. Paulo", na terça-feira, disse que faltou apoio ao projeto liberal. O que deveria ter dito é que Bolsonaro sabotou a ideia, até porque ele sempre foi intervencionista. Quando os jornalistas perguntaram a Guedes se ele temia que o presidente abrisse os cofres e aumentasse os gastos descontroladamente, ele respondeu que "sempre houve confiança e respeito entre nós". A primeira lealdade do ministro da Economia é com Bolsonaro e não com o equilíbrio fiscal. É por isso que ele disse no fim da entrevista que "a gente tem simpatia

## INDICADORES

### CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,226	R\$ 5,227
Dólar Turismo	R\$ 5,263	R\$ 5,377
Euro turismo	R\$ 5,973	R\$ 5,975

### BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	112.312,77	-0,07%

### POUPANÇA

10/02/2022	0,6158%
------------	---------

### SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.212,00

### INFLAÇÃO

	Janeiro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,54%	10,38%	10,38%
INPC/IBGE	0,67%	10,60%	10,60%
IGP-M/FGV	1,82%	16,91%	16,91%

## CRIPOMOEDAS

# 26BI

de reais em bitcoins foram apreendidas por autoridades dos EUA, o maior confisco de todos os tempos desse tipo. As autoridades também prenderam duas pessoas por tentarem lavar cerca de 120 mil bitcoins.

pela proposta de zerar os tributos do óleo diesel, cujo impacto fiscal deve ser de R\$ 17 bi ou R\$ 18 bilhões ao ano, o que seria um mal menor".

Num país com gritantes prioridades, o que o ministro está dizendo é que está disposto a aceitar que o governo subsidie o diesel do caminhoneiro, mas também o das frotas das grandes empresas de logística e dos carros SUV de alto valor.

Não faz sentido econômico, social e ambiental nem mesmo esse "mal menor".

O Banco Central mudou de tom não por acaso. Os riscos fiscais estão aumentando com o colaboracionismo do Ministério da Economia ao assalto populista aos cofres públicos, no meio de uma conjuntura de alta inflação e muita incerteza.

Neste momento, as projeções ainda indicam queda da inflação nos próximos meses, mas o risco é a deterioração das expectativas como no ano passado. Se o governo aprovar qualquer uma das propostas de bondades fósseis, os preços vão cair num primeiro momento. Depois, virá o efeito bumerangue, e eles voltarão a subir. É diante desse risco que o país está agora.

\*COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)





# Supremo decide validar federações partidárias

**ELEIÇÕES** O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, ontem, por 10 votos a 1, manter a validade da lei que prevê as chamadas federações partidárias – união de partidos para atuar de maneira unificada por um período mínimo de quatro anos – nas eleições. O STF julgou uma ação apresentada pelo PTB que discute o tema. O partido argumenta que as federações são uma reedição das coligações, que acabaram por decisão do Congresso.

O julgamento teve início na quinta-feira (3) e foi retomado ontem para o voto dos ministros. Votaram a favor de manter a validade da lei que prevê as federações partidárias os ministros: Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, André Mendonça, Rosa Weber, Gilmar Mendes, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Dias Toffoli. Somente o ministro Nunes Marques apresentou voto divergente.

Na mesma ação, o PT fez um pedido para que o prazo para a formação das federações vá até 5 de agosto. Pela regra atual, as legendas podem oficializar o pedido de união até 1º de março. O relator da ação, ministro Luís Roberto Barroso, sugeriu o prazo de 31 de maio para que as federações sejam formadas



**Ministro Luís Roberto Barroso sugeriu o prazo de 31 de maio para que as federações sejam formadas**

pelos partidos – excepcionalmente nas eleições de 2022. Os ministros decidiram, por 6 votos a 4, estabelecer esse prazo. Barroso ainda criticou as coligações, que poderiam configurar uma “verdadeira fraude à vontade do eleitor”.

A lei que autoriza a criação de federações partidárias foi aprovada pelo Congresso, vetada por Jair Bolsonaro e restaurada pelos parlamentares em 2021. As federações parti-

dárias serão aplicadas pela primeira vez na eleição deste ano. Diferentemente das coligações, as federações duram além da eleição. As federações partidárias permitem que dois ou mais partidos se unam, funcionando como se fossem uma única legenda. Precisam se manter unidas de forma estável durante pelo menos quatro anos do mandato legislativo e seguir as mesmas regras do funcionamento parlamentar e partidário.

## BOLSONARO XINGA ADVERSÁRIOS E ATACA O STF

**NO NORDESTE** Em discurso marcado por palavras duras durante visita à Barragem de Oiticica, no Rio Grande do Norte, o presidente Jair Bolsonaro disparou uma série de ofensas a rivais políticos e renovou o clima tenso e de crise com o Supremo Tribunal Federal. Sem citar o nome do ex-presidente Lula, fez insultos ao petista ao mencionar supostas contrações realizadas pela Funai.

“Durante a transição, após as eleições, estávamos conversando sobre o que estava acontecendo com o governo anterior, como estava o governo. Descobrimos que a Funai tinha um contrato de R\$ 50 milhões para ensinar o índio a mexer com Bitcoin. Ah, vá para a puta que pariu, porra. Desculpe o palavrão”, disse. O presidente fez referência à suspensão realizada pela ministra dos Direitos Humanos, Damara Alves, a respeito de um contrato de R\$ 44,9 milhões previsto entre Funai e a Universidade Federal Fluminense, a respeito do uso da criptomoeda. Bolsonaro fala reiteradamente do projeto desde 2019.

Bolsonaro recusou a pecha de antidemocrático. “Não prendi deputado, não desmontei página de ninguém”, declarou, em crítica ao STF.

## GOVERNADOR DO PSB RECEBE EX-JUIZ SERGIO MORO

**ENCONTRO** O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), vai promover sábado um café da manhã para o ex-ministro Sérgio Moro, pré-candidato do Podemos à Presidência, na sede do governo capixaba, em Vitória. Casagrande é de um partido que está em negociações avançadas para apoiar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), rival de Moro, na disputa de 2022.

Mesmo assim, o governador tem resistido a fazer campanha para Lula e conversa com outros pré-candidatos. Além de Moro, ele também já recebeu Ciro Gomes (PDT).

Casagrande afirmou, por meio de sua assessoria, que a reunião não representa apoio à pré-candidatura de Moro e é apenas uma cortesia com o ex-juiz, uma vez que sua posição na eleição presidencial ainda não está definida. O senador Marcos do Val (Podemos-ES) é um dos organizadores do encontro e disse que o ex-ministro deseja ter o apoio do governador. “A pauta vai ser sobre apoio político”, disse ele ao Estadão.

Desde que se filiou ao Podemos, Moro já esteve em reuniões em São Paulo, Rio, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Minas, Ceará, Paraíba, Brasília, Paraná e Piauí.

## Deputado é alvo de pedidos de cassação por comentário sobre nazismo

**POLÊMICA** O PT e o senador Renan Calheiros (MDB-AL) defenderam ontem que o deputado Kim Kataguiri (DEM-SP) tenha o mandato cassado após afirmar que o nazismo não deveria ter sido criminalizado na Alemanha após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Bolsonaristas pediram que o parlamentar, ligado ao Movimento Brasil Livre (MBL), renuncié. A declaração dele foi dada durante participação no Flow Podcast exibida na última segunda-feira.

Renan sustentou que Kataguiri desrespeitou vítimas do Holocausto, extermínio em massa de milhões de judeus em câmaras de gás realizado pelos nazistas, sob a liderança de Adolf Hitler. Nessa esteira, afirmou que o caso deve ser apurado pelas

autoridades e que a apologia ao nazismo não é protegida pelas liberdades de opinião ou de expressão.

No podcast, o apresentador Monark defendeu que seja possível a criação de partido nazista reconhecido pela lei. Um dia após a fala, ele foi desligado do programa e deixou de ser sócio da empresa diante da grande repercussão negativa.

Após a repercussão, Kataguiri declarou que sua fala foi descontextualizada. “Não há nada de criminoso em defender que o nazismo seja repudiado no campo ideológico para que atrocidades que conhecemos não sejam cometidas novamente.”

Já o escritor e comentarista Adrilles Jorge foi demitido ontem da Jovem Pan após fazer um gesto que foi asso-

ciado ao nazismo. Ao encerrar sua fala em um programa da emissora, ele levou a mão estendida à altura do rosto. Nas redes sociais, usuários apontaram semelhança com a saudação nazista “sieg heil” (“salve a vitória”), usada durante o período do Terceiro Reich alemão.

Em um vídeo que circula nas redes sociais, é possível ver o apresentador William Travassos falando “surreal” em reação ao comentarista. Usuários compararam ainda a imagem de Adrilles a registros de Adolf Hitler fazendo um gesto semelhante.

No programa, o comentarista falava sobre o caso do youtuber Bruno Aiub, o Monark, desligado um dia antes do Flow Podcast após defender a formalização de um partido nazista no Brasil.

## O escritor e comentarista Adrilles Jorge foi demitido, ontem, do grupo Jovem Pan por fazer gesto associado a saudação nazista

## CIRO: ‘A POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRAS IRÁ MUDAR’

**CAMPANHA** Pré-candidato à Presidência da República pelo PDT, Ciro Gomes afirmou ontem que vai mudar a política de preços do PPI (Preço de Paridade de Importação), utilizada pela Petrobras desde 2016. Em entrevista à rádio Vitoriosa Uberlândia, o ex-governador do Ceará diz que a estatal tem um “lucro exorbitante”, uma vez que vende o barril de petróleo a um preço superior ao gasto durante a produção dos combustíveis.

“Eu chegando no governo não tem conversa. No primeiro dia, essa política vai mudar. A Petrobras vai cobrar quanto custa para produzir, mais os impostos, e no fim dá US\$ 30. Em vez de cobrar US\$ 90, eu vou cobrar US\$ 30 no barril. Vou acabar com essa história de colocar o preço do combustível em dólar”, disse.

**A CPI pediu que as pessoas com pedido de indiciamento sejam ouvidas**

## CÚPULA DA CPI SE REÚNE COM FUX PARA PEDIR INQUÉRITO

**INVESTIGAÇÃO** A cúpula da CPI da Covid se reuniu ontem com o ministro Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) para solicitar que 10 pedidos de providência sigilosos encaminhados à Corte pela PGR sejam convertidos em inquérito. Omar Aziz (PSD-AM), Renan Calheiros (MDB-AL) e Raulo Rodrigues (Rede-AP) também solicitaram que seja retirado o sigilo dos pedidos feitos à Corte pela Procuradoria Geral da República e que as pessoas com pedido de indiciamento com base no relatório final da CPI sejam ouvidas. Os 10 pedidos de providência foram enviados pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, em novembro de 2021. Por estarem em sigilo, não se sabe o conteúdo das petições, só que elas foram feitas com base nas investigações da CPI.

**Ex-governador do Ceará disse que, se eleito, a estatal irá vender o barril de petróleo a US\$ 30**







Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 09/02/2022	Coluna: Economia



## PAÍS TERÁ PROGRAMA DE CONVERSÃO DE METANO EM BIOCOMBUSTÍVEL



9 Fevereiro, 2022

O governo deve lançar, em 30 dias, o Programa Metano Zero, que vai estimular a transformação do gás de efeito estufa em biocombustível, com auxílio financeiro de bancos públicos. A informação é do ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, em entrevista, nesta manhã (9), à Rádio Nacional. A entrevista também foi transmitida, ao vivo, pela TV Brasil.

“O governo federal regulamentou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em janeiro. E agora estamos preparando o programa de metano. O Brasil tem potencial de geração de biometano que vem dos resíduos urbanos [aterros sanitários] e rurais, especialmente de aves, suínos, açúcar e álcool”, disse, no programa Repórter Nacional.

Segundo o ministro, o biocombustível pode substituir o diesel de máquinas pesadas da produção agrícola. “Nós temos um pré-sal rural, com volume de geração de biometano nas propriedades rurais e nos aterros sanitários”, destacou.

Em novembro de 2021, o Brasil aderiu ao compromisso global para a redução das emissões de metano, durante a COP26, em Glasgow, na Escócia. O acordo prevê a redução voluntária de 30% das emissões no mundo.

Fonte: Agência Brasil

Veículo: Bahia Notícias	
Data: 10/02/2022	



Quinta, 10 de Fevereiro de 2022 - 08:40

## **Mesmo com 13º, comércio baiano teve queda de 1,9% em dezembro, aponta SEI**



As vendas no varejo da Bahia em dezembro passado tiveram baixa de 1,9% ante o mês anterior. Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (9) pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento, a partir de dados do IBGE.

Em relação a dezembro do ano anterior, as vendas no varejo baiano mantiveram o ritmo de queda, com variação negativa de 12,9%. Essa retração é a quinta consecutiva registrada pelo setor na Bahia. Segundo a SEI, o resultado negativo em dezembro, mesmo diante do período natalino com recebimento do 13º salário não se mostrou influente na atividade econômica.

Tiveram influência fatores como alta dos juros, encarecimento dos alimentos, aluguéis, energia, combustíveis e aumento no endividamento das famílias. Ainda segundo a SEI, a maior retração foi no volume de vendas nos no segmento de Móveis (-37,4%) e eletrodomésticos (-34,2%).

Logo abaixo vem o ramo de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-25,9%), combustíveis e lubrificantes (-22,3%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (14,9%), livros, jornais, revistas e papelaria (-14,8%) e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-12,1%).









Veículo: G1	
Data: 09/02/2022	Caderno: Economia



## Recuperação fiscal do Rio: governo estadual aceita tornar facultativo reajuste anual de servidores

*Estado aceitou proposta da Economia e avaliará aumento ano a ano. Reajuste obrigatório era um dos principais entraves para o estado entrar no RRF e suspender pagamento de dívida à União.*

Por Jamile Racanicci, g1 — Brasília

09/02/2022 19h58 Atualizado há 14 horas

O governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro, afirmou nesta quarta-feira (9) que aceitou tornar facultativo o reajuste anual de servidores previsto no plano de Recuperação Fiscal [apresentado pelo estado](#) à União.

O Regime de Recuperação Fiscal (RRF) foi criado em 2017 para estados em situação financeira muito grave. Durante três anos, o Rio permaneceu no programa e, com isso, deixou de pagar mais de R\$ 60 bilhões em dívidas com a União.

Em janeiro, o Rio de Janeiro apresentou uma proposta para renovar o RRF. Nela, constava uma cláusula que estabelecia um reajuste obrigatório anual aos servidores.



Proposta do Rio para o Regime de Recuperação Fiscal eleva gastos e prevê reajuste anual a servidores

Segundo Castro, o estado cedeu à proposta da equipe econômica de tornar os aumentos de salário facultativos, de forma que serão avaliados ano a ano de acordo com a evolução das receitas estaduais.

“Foi solicitado que [o reajuste anual] não fosse obrigatório, mas que fosse facultativo, que nós pudéssemos ano a ano de acordo com o aumento da receita rediscutir [o aumento]. E o Rio de Janeiro aceitou esse ponto”, afirmou Castro.

A previsão de reajuste obrigatório aos servidores era um dos principais entraves para o estado entrar no regime Recuperação Fiscal e suspender pagamento da dívida à União. A medida foi tomada para que o governo estadual se aproximasse de um acordo com [Ministério da Economia](#).

O governador ressaltou que a recomposição de 13,05% concedida aos servidores fluminenses em fevereiro está mantida e não será afetada pela negociação do RRF.

Em troca de contrapartidas de ajuste nas contas públicas estaduais, a entrada no RRF suspende o pagamento da dívida do Rio de Janeiro com a União, que chega a **R\$ 24 bilhões em 2022**.

A arrecadação tributária e não tributária do estado no ano passado chegou a R\$ 124 bilhões – dos quais R\$ 53 bilhões correspondem ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

### ***Divergências***

Segundo Castro, ainda restam duas questões jurídicas de divergência entre o Rio e a União para que a entrada no RRF seja aprovada — a interpretação jurídica do teto de gastos estadual e o triênio (adicional por tempo de serviço).

Ainda, de acordo com o governador, "os pontos econômicos "foram 100% saneados".

Para tentar superar os últimos entraves e aprovar a entrada no regime, o governador afirmou que uma nova reunião com o [Ministério da Economia](#) ocorrerá daqui a 15 dias.

Caso não haja consenso, o estado e a União devem fazer um processo de mediação para tentar chegar a um acordo. A Procuradoria-Geral da Fazenda

Nacional (PGFN) e a Procuradoria-Geral do Rio de Janeiro, segundo Castro, vão definir qual instituição assumiria o papel de mediadora.

Como a equipe técnica do ministério não havia aprovado o plano de recuperação fiscal apresentado pelo estado em dezembro, o governador passou a vir a Brasília para tentar negociar com Guedes a entrada do estado no RRF.

**No ministério, o projeto de recuperação fiscal do Rio foi avaliado pelos seguintes órgãos:**

- **Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN):** manifestou-se de forma desfavorável;
- **Secretaria do Tesouro Nacional (STN):** manifestou-se de forma desfavorável;
- **Conselho Supervisor do Regime de Recuperação Fiscal do Rio (CSRRF):** manifestou-se favoravelmente, mas com ressalvas.



Conheça nossos imóveis e confira as oportunidades para morar ou investir.

Acesse [legislacoeconomica.com.br](http://legislacoeconomica.com.br) e visite nossos stands.

**TEGRA**

**Contas públicas Financiamento a produtores**

# Agro cobra de governo e Congresso mais R\$ 3 bi para o crédito rural

— De R\$ 7,8 bilhões do Orçamento para o Plano Safra, 99% já foram utilizados em consequência do salto na taxa de juros; concessão de empréstimo subsidiado foi suspensa

**THAÍS BARCELLOS**  
**BÁRBARA NASCIMENTO**  
BRASÍLIA

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) pediu ao governo e ao Congresso pelo menos mais R\$ 3 bilhões para contratação de crédito rural subsidiado para colocar de pé a safra deste ano. A solicitação foi encaminhada em ofício aos ministros Paulo Guedes (Economia), Tereza Cristina (Agricultura) e Ciro Nogueira (Casa Civil), além dos presidentes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Sérgio Souza (MDB-PR), e das Comissões de Agricultura da Câmara, Aline Sleutjes (PSL-PR), e do Senado, Ayr Gurgacz (PDT-RO).

Dos R\$ 7,8 bilhões aprovados pelo Congresso no Orçamento de 2022 para despesas de equalização de taxas de juros no Plano Safra, 99% já foram usados, segundo os próprios bancos. Isso ocorreu porque a alta forte e rápida da Selic, a taxa básica de juros, hoje em 10,75%, que não foi atualizada na peça orçamentária, exigiu maior liberação de recursos do que a esperada para compensar as taxas mais baixas praticadas no contexto do Plano Safra — de 4,5% no caso do Pronaf e de 6% do Pronamp.

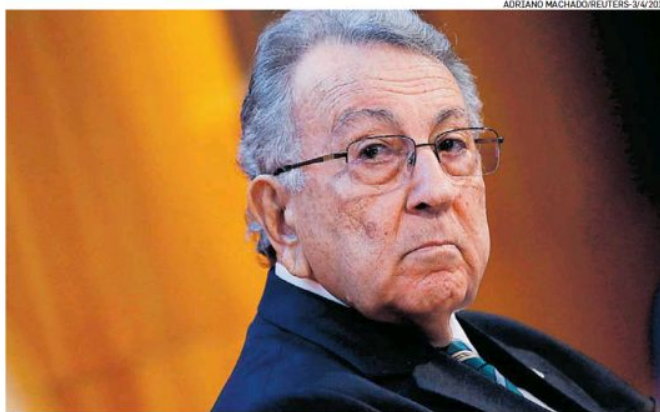
Com a falta de recursos, a Secretaria de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia determinou na sexta-feira que as instituições financeiras suspendessem novas contratações de crédito rural subsidiadas durante o mês de fevereiro.

Nos cálculos da equipe econômica, será necessário remanejar R\$ 2,9 bilhões do Orçamento para tapar o buraco e impedir que a safra seja prejudicada. Além disso, outros R\$ 200 milhões seriam necessários para ajudar os produtores

**Defasagem**  
**Lei Orçamentária Anual foi sancionada com parâmetros defasados, sem considerar PEC**

a enfrentar a seca no Sul. Segundo técnicos da equipe econômica, apenas os recursos destinados ao Sul podem ser solicitados por meio de crédito complementar ao Congresso. Assim, o restante teria de ser remanejado dos ministérios da Agricultura e da Economia. O governo ainda decide de onde virão os valores.

**ORIGEM DO PROBLEMA.** O problema no Plano Safra começou na tramitação do Orçamento. Aprovada após muitos atrasos,



ADRIANO MACHADO/REUTERS-3/4/2018

Para o presidente da CNA, João Martins, é preciso dimensionar o impacto climático no crédito rural

a Lei Orçamentária Anual acabou sancionada com parâmetros defasados, não comportando mudanças feitas pela PEC dos Precatórios, que ampliou o espaço para gastos.

“Consideramos que a escalada da Selic não foi dimensionada quando da formulação do Orçamento 2022, o que compromete novas operações de crédito em 2022, assim como as tão necessárias renegociações de prazos de reembolso do crédito nas regiões cuja produção agropecuária foi signifi-

cativamente impactada pela seca ou por chuvas excessivas”, afirmou o presidente da CNA, João Martins, no ofício.

A CNA se preocupa com o fim do período da safra 2021/2022, que vai até junho, e com a próxima, 2022/2023. Segundo a assessora de política agrícola da CNA, Fernanda Schwantes, o grosso das contratações de crédito ocorre no segundo semestre, quando ocorre o plantio dos principais grãos, como a soja e a primeira safra de milho. Além da seca

no Sul, ela cita o excesso de chuva na Bahia e no Sudeste.

A confederação também vê impacto na inflação. “O aumento do custo do crédito, justamente em uma safra que estamos tendo preços recordes dos insumos, bem como a falta de alguns deles, além de problemas climáticos extremos que certamente irão impactar a oferta de alimentos, devem ocasionar aceleração inflacionária e comprometer o próprio crescimento econômico do País.”

● COLABOROU IANDER PORCELLA

**Funcionalismo Pressão por reajustes**

## Paralisação de servidores causa impacto em serviços do BC

BRASÍLIA

A paralisação parcial dos servidores do Banco Central (BC) na manhã de ontem modificou o funcionamento da autarquia, ainda que sem impacto significativo sobre o mercado. Em meio ao movimento por reajuste e reestruturação de carreira, cerca de 50% dos 3,500 servido-

res do BC ficaram de braços cruzados entre 8h e 12h, conforme os sindicatos que representam a categoria.

Nesse período, o monitoramento do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) de responsabilidade da mesa do BC em São Paulo foi movido temporariamente para Brasília, retornando à normalidade após às 12h, quando terminou a pa-

ralisação, segundo fontes ouvidas pelo *Estadão/Broadcast*.

Conforme relatos, é procedimento padrão transferir o monitoramento de sistemas críticos do BC para a sede sempre que há qualquer evento que possa representar risco de interrupção dos serviços.

O efeito da paralisação também foi notado em algumas divulgações rotineiras do BC. A

publicação de indicadores como a Taxa Básica Financeira (TBF) e a Taxa Referencial (TR) só foi feita 12h01, 1 minuto após o fim da paralisação. Normalmente, ocorre no início do dia, logo após 9h.

Esses efeitos, embora sem impacto significativo no mercado, causam desconforto e são vistos como forma de pressão do movimento dos servidores. Os sindicatos já tinham avisado que os serviços essenciais seriam mantidos durante a paralisação, mas que outros serviços e entregas poderiam atrasar no período.

A mobilização foi iniciada após a indicação do governo federal de que só atenderia às de-

mandas da área da segurança, o que gerou insatisfação nas outras categorias. O Orçamento de 2022 foi sancionado com a previsão de R\$ 1,7 bilhão para reajuste do funcionalismo, ne-

**Agenda**  
**Os servidores do Banco Central já marcaram para o próximo dia 24 um novo protesto**

gociado para atender os policiais, mas o aumento efetivo depende do Poder Executivo.

Procurado, o BC afirmou que não iria comentar o assunto. ● THAÍS BARCELLOS

PHOTO ANDREW HARRIS BY PRESSFARM FOR GUSTAVO FRANCO/REUTERS  
**P** **pressrelecer**



**Celso Ming** *celso.ming@estadao.com*

## Pressões por mais inflação

Dentro de uma panela que vai sendo aquecida aos poucos, o sapo não percebe que está ameaçado de ser cozido vivo. Vai-se acostumando com o calor e, quando se dá conta do perigo que passa, pode ser tarde demais.

Com a inflação também é assim. O consumidor vai se acostumando com o aquecimento dos preços até que, lá pelas tantas, se foi embora seu poder aquisitivo.

A inflação de janeiro ficou em 0,54%, mais baixa que o 0,73% de dezembro (veja gráfico). Ainda assim, está muito disseminada e é a mais alta registrada em janeiro nos últimos seis anos. Formou-se bom nível de convicção de que

a inflação deste ano será cerca da metade dos 10,06% acumulados em 2021. As principais justificativas para essas projeções são a desaceleração da atividade econômica (e da demanda), a ser produzida pela postura mais agressiva do Banco Central na sua política de juros, e a esperada normalização dos fluxos de bens e serviços no mercado global, responsáveis por grande parte da inflação de custos.

Mas crescem as dúvidas sobre esse resultado. Uma delas tem a ver com o comportamento do mercado de combustíveis. Os preços da gasolina e do diesel no mercado interno estão cerca de 12% "defasados" do que deveriam ser do ponto de vista técnico.



Portanto, estão à espera de novos reajustes para cima. E os analistas continuam advertindo

de que as cotações do barril de 159 litros, nos US\$ 91,55 no fechamento do mercado nesta quarta-feira, podem passar dos US\$ 100 em alguns meses.

Mas a incerteza maior tem a ver com o risco de deterioração das contas públicas. O Banco Central quase sempre foi frouxo quando se tratava de denunciar os rombos do setor público, provavelmente porque evitou cutucar a onça do governo federal com vara curta. Talvez porque agora conte com o estatuto da autonomia, ele foi bem mais contundente quanto ao estrago sobre a inflação que pode ser produzido pelo jogo dos políticos de descarregar saídas eleitoreiras e populistas para enfrentar a alta dos

combustíveis. A PEC de autoria do senador Carlos Fávaro (PSD-MT), que a própria área econômica do governo chama de "PEC Kamikaze", prevê renúncias de arrecadação tributária e criação de subsídios com força corrosiva suficiente para produzir um rombo de R\$ 110 bilhões nas contas públicas. O Banco Central advertiu na Ata do Copom divulgada terça-feira que a redução imediata de preços que pode ser obtida no curto prazo teria tudo para usinar mais inflação estrutural mais à frente.

Porém, em ano de eleições, como este, qual é o político que olha para isso? ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Indicadores Aumentos disseminados

# Inflação é a mais alta para janeiro em 6 anos e chega a 10,38% em 12 meses

**Impulsionado pela alimentação, IPCA confirma perspectiva de pressão nos preços em 2022 como o BC apontou esta semana**

VINICIUS NEDER  
RIO  
MARIANNA GUALTER  
CÍCERO COTRIM  
SÃO PAULO

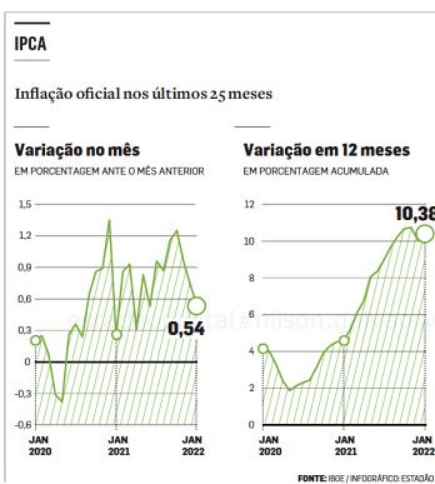
Puxada pelos alimentos, a inflação começou o ano pressionada. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial de inflação, subiu 0,54% em janeiro, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A alta de 1,11% na alimentação respondeu por pouco menos da metade do avanço agregado. Foi a maior taxa para o mês desde 2016, mantendo a inflação em um ano em dois dígitos, como ocorre desde setembro. O IPCA acumulou alta de 10,38% nos 12 meses até janeiro.

As altas foram disseminadas

e os alívios, concentrados em combustíveis, conta de luz e passagens aéreas. Os dados vieram como o previsto por analistas consultados pelo *Projeções Broadcast*. Para economistas, o número de janeiro mantém a perspectiva de inflação pressionada para 2022, como sinalizou anteontem o Banco Central (BC) na ata da mais recente reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

Segundo o economista-chefe do Banco Alfa, Luis Otávio de Souza Leal, a inflação de janeiro "não piorou a situação, mas não trouxe nenhuma novidade positiva". O economista Luis Menon, da gestora Garde Asset, observa que "o que penou para baixo foram os (preços) administrados, mas os (preços) livres continuam altos".

A inflação de alimentos foi puxada pela comida comprada para consumo em casa, afirmou André Guedes, analista do IBGE. Os preços médios da comida nos supermercados, mercadinhos e feiras livres avançaram 1,44% em janeiro, acima do 0,79% de dezembro de 2021. No mês passado, os



vilões foram as frutas (alta de 3,40%), o café moído (4,75%, no 11.º mês consecutivo de alta) e as carnes (alta de 1,32%).

Reajustes de alimentos, especialmente in natura, são comuns nesta época, por causa

do período chuvoso no Centro-Sul, só que a inflação não ficou só aí, "está mais disseminada em janeiro do que na maior parte de 2021", afirmou Guedes. O índice de difusão (proporção dos itens que tive-

ram alta em relação ao total pesquisado) ficou em 73%. No ano passado, o indicador ficou acima de 70% apenas em dezembro (75%) e agosto (72%).

**INSUMOS.** O analista do IBGE chama a atenção para o efeito de reajustes de itens usados como insumo de diversas atividades, como os combustíveis e a energia elétrica. Na indústria, esses custos se somam aos das cadeias globais de produção. Sinal disso foram as altas de preços de eletrodomésticos e equipamentos (2,86%), de mobiliário (2,41%), de equipamentos de TV, som e informática (1,38%) e de automóveis novos (2,19%).

Como contraponto, a gasolina ficou 1,14% mais barata, e o etanol caiu 2,84% em janeiro, mas o movimento foi influenciado pela redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Rio Grande do Sul. Como parte de uma reforma para penalizar menos os pobres na cobrança do imposto, a alíquota sobre combustíveis e energia baixou de 30% para 25% em 1.º de janeiro, após seis anos majorada.

Segundo Guedes, a trégua pode ser temporária, porque os preços de combustíveis nas refinarias, que haviam caído em dezembro, foram reajustados para cima em 12 de janeiro. ●

'PERDEMOS 21% DO PODER DE COMPRA EM TRÊS ANOS'. PÁG. B4

## Bolsonaro promete 'empenho' para conter preços

BRASILIA

Em discurso marcado por palavras voltadas a governos anteriores, em visita à Barragem de Oiticica, em Jucurutu (RN), o

presidente Jair Bolsonaro prometeu mais uma vez empenho contra a alta dos preços e reiterou críticas indiretas ao Supremo Tribunal Federal (STF).

"No corrente ano, vamos nos empenhar para baixar a in-

flação e também conseguir mais empregos", prometeu Bolsonaro, sem citar os dados atuais, mas reconhecendo o salto no valor dos combustíveis, um dos motivos da perda de popularidade do presiden-

te, que tenta a reeleição. "Não tenho poder de chegar na Petrobras e falar 'está congelado, diminui preço do combustível'. Até gostaria de ficar livre da Petrobras, porque me acusam de uma coisa que não tenho responsabilidade", acrescentou, jogando a culpa da alta dos combustíveis em governa-

dores pela cobrança de ICMS. Bolsonaro ainda repetiu que não errou em nenhum momento durante a pandemia de covid-19 e voltou a usar expressões pejorativas para se referir a nordestinos. "Minha esposa é filha de um cabra da peste, de um cabeça-chata", comentou.

● EDUARDO GAYER

## NOTAS E INFORMAÇÕES

## Inflação recua, mas ainda assusta



**Surto inflacionário pode ter arrefecido, mas pode ser realimentado pelas jogadas políticas de Brasília**

**E**m novo recuo, a inflação ficou em 0,54% em janeiro, depois de ter batido em 0,73% no mês anterior. Com isso, o ritmo de elevação dos preços de bens e serviços consumidos pelas famílias diminuiu pelo terceiro mês consecutivo. Essa perda

de impulso pode ser um sinal de esgotamento, ou de insuportável moderação, do surto inflacionário iniciado em 2021, quando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 10,06%. Se os próximos dados confirmarem essa tendência, talvez 2022 termine sem um novo estouro do teto da meta, fixado em 5% para este ano. Por enquanto, a projeção do mercado, de 5,44%, ainda supera o limite de tolerância e ultrapassa amplamente o centro do alvo, de 3,5%. Mas qualquer otimismo pode ser precipitado, no começo de um ano provavelmente marcado, em Brasília, por muita disputa política, muitas jogadas eleitorais, muito populismo e pouca ou nenhuma preocupação com a saúde das contas públicas.

Os novos números ficam menos animadores quando examinados de perto. A inflação de janeiro é pouco mais que o dobro da contabilizada um ano antes, 0,25%. Além disso, a taxa de 0,54% foi a maior desde janeiro de 2016, quando a variação atingiu 1,27%. A alta de preços em 12 meses chegou a 10,38%, superando a do ano passado, de 10,06%. O esperado recuo na direção da meta, ou pelo menos do teto da meta, começa, portanto, em um nível pouco mais alto que o de dezembro.

Mas há detalhes mais sombrios. Enquanto o índice geral declinou, o item alimentação e bebidas, com alta de 1,11%, teve uma variação maior que a de dezembro (0,84%). Por ser componente de grande peso no orçamento familiar, a alta desse item teve

impacto de 0,23 ponto no resultado geral (0,54%) – quase metade da variação mensal do IPCA.

O custo da comida tem peso tanto maior quanto mais baixa a renda familiar. Além disso, o orçamento dos pobres é pouco flexível, porque pouquíssimos itens são dispensáveis. Mas esses detalhes compõem só uma parte do drama. Sem a inflação, os ganhos das famílias já teriam sido severamente cortados, nos últimos dois anos, pelas más condições do mercado de trabalho.

Com dificuldade para manter os gastos essenciais, os brasileiros têm sido incapazes de ampliar de forma significativa o consumo. De forma descontinua, em metade do ano passado foram negativas as taxas mensais de variação das vendas do varejo. Em dezembro, o volume vendido foi 0,1% menor que em novembro e 2,9% inferior ao de um ano antes. No ano, as vendas do comércio varejista foram 1,4% superiores às de 2020, com variação muito parecida com as de 2019 e 2020.

Se os ganhos continuarem comprimidos, dificilmente os consumidores poderão gastar muito mais do que em 2021. O crescimento econômico permanecerá travado, porque o consumo das famílias é o principal motor da produção de bens industriais e de serviços. Com juros altos, o recurso ao crédito será inviável para a maioria dos brasileiros. Finalmente, quanto mais incertezas o presidente e seus aliados criarem, menor será o impulso para a economia avançar. ●

Guilherme Moreira

## ‘Perdemos 21% do poder de compra em três anos’

— Para economista, alimentos – afetados pelo clima – e combustíveis vão continuar a pressionar índice



Guilherme Moreira, da Fipe: ‘É um quadro muito preocupante’

Os preços do transporte são uma incógnita. Há tensão na Rússia, e os preços do petróleo devem continuar em alta. Existe também a questão do câmbio que ninguém sabe para onde vai, pois depende da eleição e da crise internacional. Tudo isso contribui para que a inflação deste ano fique acima da meta de 5%. Poderá ser 10%? Pouco provável, pois há uma série de coisas que subiram no ano passado e não devem subir no mesmo ritmo neste ano. É por isso que a maioria dos analistas, não só eu, acha que a inflação deste ano não vai ser 10%, mas 5,5%. A inflação deste ano vai ser menor do que a do ano passado, mas 5,5% é uma baita inflação, acima da meta e com riscos que podem agravar o cenário.

### Como assim?

Se considerarmos que tivemos em 2020 uma inflação de 5,62%, medida pelo IPC da Fipe, e de 9,73% em 2021, são mais de 16% acumulados em dois anos. Se empilharmos mais 5% deste ano, estamos falando de 21% a 22% de inflação em três anos. É muita coisa. É um quadro muito preocupante. Em três anos perdemos 21% do poder de compra e precisamos ganhar entre 20% a 21% a mais para compensar o poder de compra perdido. ●

A COLUNISTA ADRIANA FERNANDES ESTÁ EM FÉRIAS

## ENTREVISTA

**Coordenador do Índice de Preços (IPC) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)**

MÁRCIA DE CHIARA

**A** inflação começou o ano em alta, mas numa velocidade menos acelerada do que a do final de

2021. Para 2022, a perspectiva é de que os preços subam num ritmo que é a metade do registrado em 2021. Apesar da perda de fôlego registrada em janeiro e também esperada para o fechamento de 2022, o economista Guilherme Moreira, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), lembrou que, em três anos, incluindo este, a inflação deve acumular uma alta de mais de 20%. A seguir, os principais trechos da entrevista.

**Como o sr. avalia a pressão**

### dos alimentos sobre a inflação neste início do ano?

As principais contribuições para a inflação de 2021 vieram da energia, principalmente eletricidade e gás, dos transportes, por conta dos combustíveis e dos preços dos carros, e da alimentação. Esses três itens responderam por 80% do da inflação do ano passado. Quando entramos neste ano, esses efeitos continuam. Não é porque virou o calendário que eles vão parar. No caso dos alimentos, há três fatores de pressão. Os alimentos industrializados, que subiram mais de 1% ao

mês ao longo do ano passado inteiro porque incorporaram aumentos de custos da indústria, como embalagens, frete, energia, continuam nessa trajetória de alta. Tem as questões climáticas que afetaram a produção dos alimentos in natura em janeiro, como verduras e legumes. Existem também as pressões das proteínas animais. A carne bovina continua subindo pela baixa oferta aqui e alta demanda lá fora.

**Além da alimentação, quais são os outros focos de pressão para a inflação?**

Operadores e economistas relatam preocupações com a inflação e o risco fiscal do País, além das expectativas com o índice de preços dos EUA em janeiro – esperado para hoje, pode levar a um aumento nos juros americanos em março. ●

## Mercados Nova queda

## Dólar cai 0,64% e recua a R\$ 5,22; Bolsa sobe 0,20%

Apesar das preocupações com a inflação, o dólar fechou em queda de 0,64%, R\$ 5,2269, ontem, no menor valor desde 13 de setembro. Já a Bolsa brasilei-

ra (B3) teve ganho modesto de 0,20%, aos 112.461,39 pontos.

A entrada de recursos estrangeiros, segundo números do Banco Central, ajudou a man-

ter o dólar em queda. Pela manhã, porém, o mercado local se descolou e o dólar operou em alta moderada frente o real, com máxima em R\$ 5,2902.

**EMBRAESP**  
**ESTUDOS ESPECIAIS**  
www.embraesp.com.br

TELEFONE  
(11)3665-1590  
(11)99913-5823  
(11)99524-5823

Comércio Alta nas vendas

## Varejo cresce 1,4% em 2021, mas sinaliza perda de fôlego

RIO E SÃO PAULO

As vendas do varejo encerraram 2021 com crescimento acumulado de 1,4%, a quinta alta anual consecutiva. Apesar do desempenho, a perda de fôlego no segundo semestre acendeu um sinal de alerta para 2022, reflexo da inflação mais alta, do crédito mais caro

aos consumidores e do elevado nível de desemprego.

Dados divulgados ontem pelo IBGE mostram que as vendas do varejo cresceram 0,1% em dezembro, frente a novembro, na série com ajuste sazonal da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). O resultado foi melhor do que a mediana de 0,5% das estimativas captadas pelo *Projeções Broadcast*,

mas marcou o terceiro mês seguido de quase estabilidade.

Das oito atividades monitoradas, três tiveram queda em dezembro, o que inclui setores relevantes para o volume de vendas geral do setor, como Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,4%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-5,7%), que inclui

grandes magazines e comércio eletrônico.

Cristiano Santos, gerente da PMC, disse que o custo do crédito ao consumidor tem sido afetado pelo ciclo de aumento da taxa básica de juros – ciclo que deve se prolongar neste ano, conforme sinalização recente do Banco Central.

O economista da Rio Bravo Investimentos, João Leal, dis-

se que o resultado de dezembro, melhor do que a mediana das projeções, não altera a avaliação de que a atividade deve perder força em 2022. O economista-chefe e sócio da Greenbay Investimentos, Flávio Serrano, concorda que os números devem continuar fracos. Ele estima queda de 0,2% do PIB de 2022. ● BRUNO VILLAS BOAS, CÉCERO COTRIM e FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

### LEILÃO EXCLUSIVO DE FINANCIAMENTO

# VEÍCULOS

## CARROS, MOTOS, CAMINHÕES E UTILITÁRIOS

É HOJE, 10/02, ÀS 14h, ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS

MERCEDES-BENZ LS 1034 09/09  
CHEVROLET ONIX 1.0MT LT 18/19  
FORD KA 18/19  
FORD FIESTA 16SE 18/18  
MITSUBISHI LANCER 2.0 12/12  
NISSAN VERSA 16SL CVT 18/18

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O CÓDIGO AO LADO E ACESSAR ESTE LEILÃO.

**SODRÊ SANTORO**  
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

FACEBOOK.COM/SODRESANTORO | INSTAGRAM.COM/SODRESANTORO | YOUTUBE.COM/USER/LEILAO/SODRESANTORO | RUA TITO, 66 - VILA ROMANA, SÃO PAULO/SP

Contas públicas Melhores do que as projeções

## Resultado em 2021 superou até as previsões otimistas, diz secretário

EDUARDO RODRIGUES  
BRASÍLIA

Mesmo com os efeitos da pandemia sobre a atividade nos últimos dois anos, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia divulgou nota técnica mostrando que os resultados das con-

tas públicas em 2021 ficaram em níveis melhores do que os projetados no cenário mais otimista do governo anterior, de Michel Temer. O estudo compara o desempenho do endividamento público, das despesas previdenciárias e do resultado das contas, incluindo os gastos com juros, com as projeções traçadas no fim de 2018

pela equipe do ex-ministro da Fazenda, Eduardo Guardia.

“Pegamos o documento feito pela equipe econômica do governo passado, que era conhecida como ‘dream team’, pela qualidade dos nomes. Queremos mostrar que nosso discurso tem substância. Não estamos só falando, estamos falando e fazendo”, afirma o as-

essor especial de Assuntos Estratégicos do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida. “Se não querem acreditar em mim e nos dados, acreditem na equipe econômica do governo anterior, que é muito respeitada por nós, pelo mercado e pela imprensa. Estamos melhores que o cenário otimista deles”.

Segundo o estudo, a reforma da Previdência, o aumento da produtividade decorrente de serviços oferecidos pela plataforma digital do governo e o congelamento do salário do funcionalismo, além de outras medidas, possibilitaram a re-

dução dos gastos e a melhora do resultado primário – receitas menos despesas, sem incluir os gastos com juros.

Sachsida reconhece que a si-

**Ressalva**  
O risco fiscal ainda preocupa Sachsida, que vê necessidade de avanço nas reformas

tuação fiscal brasileira ainda preocupa, demandando a continuidade do processo de reformas. “Não acho que gastar mais é solução.” ●

PRELIMINARMENTE  
COMUNICAÇÃO DE IMPRENSA  
P pressreeder



## Para sair do atoleiro

ARTIGO

Raul Velloso  
Consultor econômico

A última divulgação sobre o PIB mostrou que nossa economia está em banho-maria há 7 anos, com taxas médias em 12 meses ao redor de -0,6% ao ano (a.a.), ante a média de 3,9% em 2004-13. É hora, pois, de os candidatos a presidente explicitarem com maior clareza o que pretendem fazer para sairmos desse e de outros atoleiros. Para muitos analistas, a causa básica da crise são os elevados déficits públicos, em cujo combate Temer criou emer-

gencialmente em 2016 um teto dos gastos federais igual à inflação, e o atual governo aprovou uma reforma das regras previdenciárias em 2019. Só que, com menor efeito a curto prazo na Previdência, e, à falta, ali, de medidas complementares indispensáveis, a política de cumprimento do teto tem se limitado a ajustes precários dos gastos discricionários (hoje somando apenas 7,2% do total), onde se incluem os há muito fragmentados investimentos em infraestrutura, em contraste com os majoritários gastos obrigatórios, rota essa que, obviamente, chega ao esgotamento em velocidade tanto maior quanto mais expressivas forem as novas fontes de pressão sobre os gastos que aparecerem no

**Candidatos têm de dizer como vão atacar os gastos obrigatórios excessivos**

gmail.com

radar. (Refiro-me ao clamor por maiores gastos ligados à pandemia e a despesas elevadas, líquidas e certas, com sur-

gimento surpreendente, como as relacionadas com precatórios judiciais).

Até agora, a maioria dos candidatos tem se limitado a repetir o bordão pró ajuste fiscal. Só que, além de manter o defunto teto em paz, precisariam entender que, mantido o diagnóstico básico, terão de explicar tim-tim por tim-tim como vão atacar o problema não dos gastos discricionários, mas dos gastos obrigatórios excessivos.

Para tanto, forneço informação relevante, difícil de encontrar, que é a nova estrutura do gasto federal que emergiu após a reforma de 1988, em % do gasto total, estrutura essa que precisa se alterar do jeito certo, ou seja, com menos *Grande Folha* bem mais In-

vestimento. Para isso, cabe aprovar bem desenhadas emendas constitucionais e/ou outras rotas de difícil tramitação.

Se considerarmos a participação porcentual dos principais segmentos em 1987 e 2018 (nessa ordem, para cada item), o que chamo de *Grande Folha* (benefícios assistenciais e subsidiados, Previdência, e pessoal em atividade) terá aumentado de 39% para 75,6% do total. Em Saúde, de 8% para 8,2%. Em Educação, de 2,5% para 2,6%. Nas Demais Correntes, queda de 20,5% para 6,4%, no caso de gastos obrigatórios, e de 13,9% para 4,4%, no caso de discricionários. E, no *Investimento*, de 16% para 2,8%. Que absurdo...●

Contas públicas Novo socorro fiscal

## Benefício a servidor e teto de gastos emperram inclusão do Rio

Governador do Estado volta a conversar com o ministro da Economia sobre nova renegociação de débitos com a União

EDUARDO RODRIGUES  
BRASÍLIA

Após nova reunião com o ministro Paulo Guedes, o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, disse ontem que restam ainda duas divergências com a equipe técnica do Ministério da Economia para o aval à entrada do Estado no novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF), a versão mais recente do programa de socorro da União aos Estados endividados.

**Interesse**  
Se fechar acordo, o Rio poderá reprogramar o pagamento de R\$ 52,5 bi em dívidas

Segundo ele, a procuradoria estadual e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) têm interpretações jurídicas diferentes sobre o triênio (adicional por tempo de serviço do funcionalismo fluminense) e o teto de gastos a ser adotado pelo Rio de Janeiro.

“Continuamos o debate sobre as divergências para o Rio entrar no programa. Nós abrimos mão de alguns pontos, e a Economia entendeu outros pontos. O importante é que os pontos econômicos foram 100% saneados e restam ainda essas duas questões jurídicas”, disse o governador após a reunião.

Segundo Castro, depois do parecer do Tesouro Nacional contrário ao ingresso do Rio no RRF, havia cerca de 30 divergências sobre o plano de recuperação do Estado. Essas questões haviam sido reduzidas para seis na última reunião com o ministro, no dia 19 de janeiro, e a expectativa do governador é de que possam chegar a um acordo sobre as duas restantes nos próximos 15 dias.

“Se não houver um consenso, buscaremos um mediador. Mas a nossa procuradoria e a PGFN também ainda discutem quem poderia ser esse mediador, se necessário”, acrescentou ele.

**MUDANÇAS.** Entre os pontos que o Rio de Janeiro aceitou alterar no plano, está a previsão de reajustes anuais obrigatórios para o funcionalismo. O Ministério da Economia solicitou que essa previsão fosse alterada para “facultativa”.

“Os reajustes anuais dependerão da performance do Estado a cada ano. Sentaremos com nosso credor (a União) e demonstraremos a cada ano nossa capacidade para corrigir os salários”, explicou.

O ministro Guedes acompanhou o governador até a saída do ministério, mas não conversou com a imprensa. Apenas disse que foi uma boa reunião.

Se aceito no programa, o Rio vai poder suspender e reprogramar dívidas com a União no valor de mais de R\$ 52,5 bilhões. No programa anterior, o Estado já teve a suspensão de pagamentos de cerca de R\$ 92 bilhões.

Até agora, o único Estado que concluiu o processo de adesão ao novo RRF foi Goiás, que solicitou a entrada em 1.º

de setembro e teve o pedido deferido pelo Tesouro no dia 20 do mesmo mês. O plano de

recuperação foi entregue pelo governo goiano em 30 de novembro, e o presidente Jair Bol-

sonaro homologou o documento na véspera do Natal, em 24 de dezembro. ●

ESFERA - Brasil, Co.

2022 fev

esfera debate.

esfera BR

A Esfera Brasil debate o comportamento monetário em 2022 com o Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

in

Siga-nos: @esferabr

PRÉVIO ÀS ELEIÇÕES DE 2022, O GOVERNO FEDERAL ESTABELECEU O RRF COMO CONDIÇÃO PARA RECEBER O AUXÍLIO FINANCEIRO.

P pressreeder

Indicadores Preços nos Estados Unidos

# Críticos do Fed culpam excesso de dinheiro em circulação por inflação alta e persistente

**Banco Central dos EUA aumentou em 40% a oferta de moeda; presidente do órgão diz que alta de preços é fruto de reabertura**

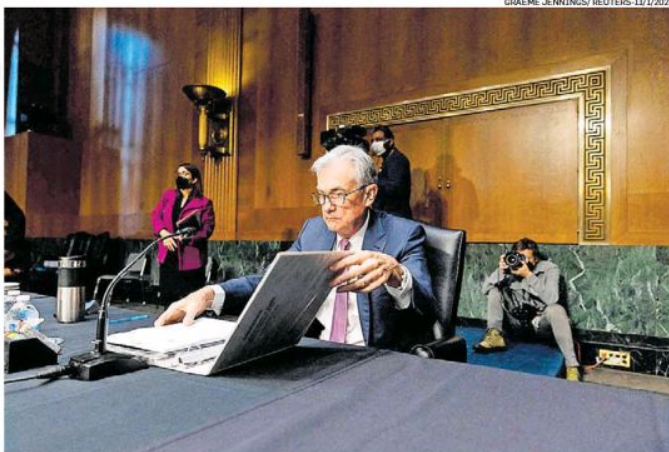
WASHINGTON

Nos últimos dois anos, enquanto o Federal Reserve (Fed) lutava para resgatar a economia das garras do novo coronavírus, as medidas de emergência do banco central americano aumentaram a oferta de moeda nos Estados Unidos em surpreendentes 40%.

Isso era quase quatro vezes mais dinheiro novo do que havia sido produzido durante os dois anos que antecederam a pandemia e, para alguns críticos do Fed, explica por que os EUA estão enfrentando sua maior inflação desde 1982. Todo esse dinheiro sendo usado para produtos com suprimentos limitados como carros, computadores e móveis está inevitavelmente fazendo os preços subirem, dizem eles.

O Fed concordou com essa percepção na última vez que o país teve um grave problema de inflação. Em 1979, Paul Volcker, então presidente do banco central americano, estabeleceu um limite para a oferta de dinheiro e levou a inflação de um pico de 14,8% para 2,5% três anos depois, com o custo de duas penosas recessões.

No entanto, o atual presidente do Fed, Jerome Powell, rejeitou as alegações de que a impressão de dinheiro esteja alimentando a atual espiral de preço-salário, enfatizando, em vez disso, os transtornos associados à reabertura da economia. Como seus antecessores



Jerome Powell, do Fed, nega que a impressão de dinheiro esteja alimentando a espiral preço-salário

mais recentes, desde Alan Greenspan, Powell diz que as inovações financeiras significam que não há mais uma ligação entre a quantidade de dinheiro circulando na economia e o aumento dos preços.

“Agora pensamos mais apenas nos desequilíbrios entre oferta e demanda na economia real do que nos agregados monetários. (...) É uma economia diferente e um sistema financeiro diferente há algum tempo”, disse Powell em dezembro.

**CRÍTICAS.** A persistência da inflação, atualmente em uma taxa anual de 7%, deu munição aos críticos conservadores do Fed conhecidos como “monetaristas” devido ao apoio deles às teorias do economista Milton Friedman. ganhador do Prêmio Nobel de Economia, ele ensinou que “a inflação é sempre e em todos os lugares um fenôme-

no monetário”, e disse que os bancos centrais deveriam impedir que a oferta de dinheiro crescesse mais rápido que o PIB.

**ALERTA.** Robert Heller, que atuou sob o comando de Volcker no Conselho de Governadores do Fed na década de 80, disse que Powell está errando ao ignorar as lições daquela época. “Deixar de prestar atenção à oferta monetária está outra vez levando o Fed a um perigoso território inflacionário, assim como meio século atrás”, disse ele por e-mail.

O indicador mais amplo da quantidade de dinheiro em circulação do Fed, chamado de M2, está acima de US\$ 21,6 trilhões hoje – em fevereiro de 2020 ele era de US\$ 15,5 trilhões.

Para facilitar o crédito durante a pandemia, o banco central americano ajudou a aumentar a oferta de dinheiro compran-

do aproximadamente US\$ 5 trilhões em títulos lastreados em hipotecas e títulos do governo.

Uma grande parte desse novo dinheiro, porém, não foi gasta. Em vez disso, as instituições financeiras as quais o Fed

**“É como um médico. Se ele tiver um termômetro com defeito, a prescrição dele para tratamento pode ser completamente errada. O termômetro do Fed está com defeito.”**

**Steve Hanke**  
Professor da Johns Hopkins

pagou por aqueles títulos colocaram mais de US\$ 2 trilhões em suas contas no banco central americano, ao mesmo tempo que as famílias americanas guardaram grande parte de

seus cheques de ajuda financeira e agora têm poupanças estimadas em US\$ 2,7 trilhões.

**POUPANÇA.** Esse é um motivo para a oferta de moeda do Fed não estar levando à inflação, de acordo com muitos economistas. Sim, há muito mais dinheiro guardado de várias maneiras. “A oferta de dinheiro aumentou, mas a velocidade diminuiu”, disse o economista do Tesouro americano David Beckworth, atualmente na organização sem fins lucrativos Mercatus Center, na Universidade George Mason. “Elas estacionaram. As pessoas não estão gastando dinheiro.”

Antes de Volcker mudara direção na década de 80, o Fed estabeleceu metas para que a oferta de moeda crescesse mais ou menos em sintonia com a atividade econômica. Se a quantidade de dinheiro disponível ao público – cédulas, moedas, em contas correntes e certificados de depósito – ultrapassasse a meta, o Fed aumentaria as taxas de juros para acalmar a situação.

Para Steve Hanke, professor de economia aplicada da Universidade Johns Hopkins, o dinheiro extra que o Fed injetou na economia está causando uma reação inflacionária que durará mais do que o banco central americano espera. Assim que a pandemia passar, todo o dinheiro guardado pelos consumidores e pelas instituições financeiras começará a circular outra vez, fazendo os preços subirem.

“É como um médico. Se ele tiver um termômetro com defeito, a prescrição dele para tratamento pode ser completamente errada”, disse Hanke. “O termômetro do Fed está com defeito.”

TRADUÇÃO ROMINA CÁCIA, WP

Impostos Congresso dos EUA

## Projeto de democratas sugere tirar tributo federal da gasolina

WASHINGTON

Senadores democratas dos Estados Unidos pediram ontem a suspensão do imposto federal sobre a gasolina até o fim do ano para tentar conter a alta dos preços. O preço médio do combustível nos EUA está hoje em US\$ 3,45 (por volta de R\$ 18) o galão – medida

equivalente a 3,7 litros.

A iniciativa dos senadores Mark Kelly, do Arizona, e Maggie Hassan, de New Hampshire, recebeu o apoio de quatro outros parlamentares democratas. Ainda assim, o projeto deve enfrentar uma luta árdua para se tornar lei.

Ao apresentar a proposta, Kelly disse que os preços da gasolina estão sobrecarregando

o orçamento das famílias que precisam ir ao trabalho e levar os filhos para a escola.

O imposto federal sobre a gasolina permanece em 18,4 centavos de dólar por galão desde 1993. O dinheiro arrecadado vai para um fundo que ajuda a custear projetos de construção de rodovias e transporte público. Se o projeto de lei for aprovado, ele exigiria

que o Departamento do Tesouro transferisse recursos para esse fundo para compensar a receita perdida do imposto.

“Precisamos continuar a pensar criativamente sobre como podemos encontrar novas maneiras de reduzir custos. Esse projeto faria exatamente isso, fazendo uma diferença tangível para trabalhadores e famílias”, disse Hassan. O projeto também exigiria que o Departamento do Tesouro fiscalizasse o repasse das empresas de petróleo para os consumidores.

**REPUBLICANOS.** Essa não é a primeira iniciativa do gênero. Outros legisladores já vi-

sitaram a ideia de suspender o imposto sobre a gasolina, mas não geraram apoio suficiente para que seu projeto chegasse a ser aprovado pelo Congresso.

A legislação apresentada no ano passado na Câmara tem o apoio de alguns republicanos, hoje de oposição do presidente Joe Biden. Alguns sugerem que a suspensão do tributo sobre a gasolina se estenda pelo mesmo período das restrições de saúde impostas em função da pandemia. Isso atrelaria, por exemplo, decretos obrigando o uso de máscaras à cobrança do imposto sobre o combustível, algo que não é considerado pelos democratas. ● AP

# Acordo sobre Regime de Recuperação Fiscal avança

Em viagem a Brasília, Cláudio Castro debate com o ministro da Economia Paulo Guedes caminhos para a inclusão do Rio no novo ajuste. Segundo o governador, os 30 pontos de divergência existentes foram reduzidos a dois

FERNANDA TRISOTTO  
[fernanda.trisotto@oglobo.com.br](mailto:fernanda.trisotto@oglobo.com.br)

O governo do Estado do Rio está mais perto de entrar em acordo com o Ministério da Economia para sua inclusão no novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que alivia as contas fluminenses. A reunião realizada na tarde de ontem, entre o governador Cláudio Castro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, em Brasília, terminou próxima de uma solução para o impasse que envolve a negociação. De acordo com Castro, apenas dois pontos ainda serão discutidos em 15 dias, numa nova reunião entre o estado e a pasta.

## REAJUSTE MANTIDO

Há obstáculos nas questões de entendimento jurídico sobre o triênio, pagamento adicional aos servidores, e o teto de gastos do governo estadual. Em relação à recomposição salarial para servidores, importante ponto de discordância até então — o reajuste era proibido pela primeira proposta de ajuste com o governo federal —,



CESTIVANO MARIZ

**Tête-à-tête.** Em Brasília, o governador Cláudio Castro e o ministro Paulo Guedes buscam um consenso para proposta que busca equilibrar as contas do estado. Outra rodada acontecerá em 15 dias: "Excelente reunião", disse o titular da Economia, na saída

souro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) vetaram a inclusão do estado.

Desde o ingresso no programa, o Rio teve um alívio de R\$ 92 bilhões em sua dívida, segundo dados do Tesouro. O ministro Paulo Guedes acompanhou Castro na saída. Apesar de dizer que não daria entrevista, fez questão de dizer que havia sido uma "excelente reunião". Castro reforçou que inicialmente havia cerca de 30 pontos de divergência e que, agora, restaram duas questões interpretativas, que serão resolvidas no próximo encontro.

— Os pontos econômicos foram 100% sanados, e temos dois pontos de interpretação jurídica que ficaram para a próxima reunião. Então, vamos definir o ingresso do Rio ou ver medidas de mediação que sejam possivelmente necessárias, caso não consigamos chegar a um consenso.

Sobre os reajustes para servidores, Castro frisou:

— Neste ano, não vai ser alterado em nada. Está dado e pronto.

foi adotado um meio termo: o Ministério da Economia solicitou que a concessão de aumentos aos servidores fosse avaliada ano a ano, a depender da arrecadação do estado. Foi atendido. Castro

frisou que essa decisão não vai impactar o reajuste deste ano, que já foi concedido e será mantido.

Um "não" definitivo do governo federal obrigaria o Rio a desembolsar mais de

R\$ 90 bilhões em dívidas acumuladas, além de manter os pagamentos mensais à União.

O acordo após o primeiro encontro, que ocorreu no dia 19 de janeiro, era de que

equipes técnicas do governo do estado e do Ministério da Economia discutiriam os pontos de divergência. O Rio apresentou o plano para ingressar no novo RRF, mas os pareceres técnicos do Te-

# Teles deverão manter pacotes oferecidos pela Oi

Troca de empresa não será imediata. Consumidor poderá migrar livremente de uma companhia para outra. Operadoras que vão assumir linhas terão de cumprir exigências, como oferecer serviços iguais ou semelhantes e criar um canal para tirar dúvidas

MANOEL VENTURA  
[manoel.ventura@o-globo.com.br](mailto:manoel.ventura@o-globo.com.br)  
matéria

Para os 42 milhões de clientes da Oi Móvel, as mudanças não serão imediatas. E as novas operadoras destes celulares — Vivo, Claro e TIM — terão de seguir uma série de normas definidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que protegerão os atuais clientes da empresa.

Nenhum número precisará ser alterado. Como é regra desde que o país passou a adotar a portabilidade, o número do telefone, atualmente utilizado até como chave Pix, é do consumidor. As novas operadoras destes clientes precisarão, inclusive, manter pacotes de serviços semelhantes aos ofertados atualmente pela Oi.

Embora a divisão dos celulares da Oi pelas outras operadoras tenha sido definida

entre as compradoras — cada uma assumirá os clientes de um determinado DDD —, os consumidores também poderão mudar livremente de empresa.

## DIREITOS DOS CLIENTES

Conforme divulgado pelas próprias operadoras, a Claro receberá 11,7 milhões de clientes da Oi, ficando com 82,2 milhões. A Vivo receberá 10,5 milhões de clientes, terminando com 94,4 mi-

lhões de assinantes. Já a TIM receberá 14,5 milhões de clientes e somará, ao fim da integração, 56,5 milhões.

A troca não será imediata, e o prazo para ocorrer é de 18 meses. As novas operadoras desses clientes precisam apresentar uma proposta desta migração para a Anatel que contenha um plano de comunicação aos consumidores, de forma detalhada.

Para atender aos direitos

dos clientes da Oi, a Anatel fez seis principais exigências às teles: apresentar plano de transferência dos números de celular da Oi; adotar um plano de comunicação que contenha um cronograma referente ao processo de migração dos números; disponibilizar canais de comunicação para tirar dúvidas do consumidor sobre a migração; dar direito de escolha de planos de serviço iguais ou

semelhantes aos contratados com a Oi; respeitar o direito à privacidade dos dados; e dar direito de portabilidade aos consumidores a qualquer momento.

A decisão da Anatel está sendo questionada por conta dos trâmites de sua aprovação. Por isso, mesmo que a agência vote novamente a operação, a tendência é manter essas obrigações das novas operadoras nesses mesmos termos.

## Para SPE, área fiscal está melhor que previsto na gestão Temer

Secretaria lança estudo nesta quinta-feira para defender resultados do atual governo

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

10/02/2022 05h00 · Atualizado há 4 horas

---

Num momento em que as contas públicas são pressionadas pelas discussões no Congresso Nacional de propostas no que podem elevar o rombo fiscal em mais de R\$ 100 bilhões, o Ministério da Economia lança nesta quinta-feira um estudo segundo o qual o resultado das contas públicas em 2021 foi melhor do que o projetado pela equipe econômica do governo de Michel Temer, apelidado de “dream team”.

Os dados sugerem que os efeitos da pandemia sobre as contas públicas foram superados e a trilha projetada em 2018 foi retomada. As projeções da equipe de Temer estão no documento Panorama Fiscal Brasileiro.

---

“Se não acredita em nós, acredite na equipe econômica passada”, pediu o chefe da Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida. “Olhem os números.” Acrescentou que não se trata de discurso, mas de realização.

O estudo destaca o endividamento, que registrou “forte recuo” por causa do crescimento das receitas e do controle mais efetivo dos gastos. A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu 57,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2021, 4,3 pontos percentuais menor do que o projetado pelo “dream team” de Temer no cenário mais otimista, com aprovação de reformas fiscais e microeconômicas. A Dívida Bruta do Governo

Geral (DBGG) ficou em 80,3% do PIB, abaixo dos 81,4% do PIB estimados no cenário intermediário, só com aprovação de reformas fiscais.

O mesmo se dá com o déficit das contas do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central), que foi de 0,4% do PIB. É um resultado melhor do que os 3,2% do PIB do cenário sem a aprovação de reformas, 0,7% do PIB num cenário com aprovação de reformas fiscais e 0,2% do PIB com aprovação de reformas fiscais e microeconômicas.

Sachsida negou que haja um déficit de credibilidade na atual equipe econômica ou que esse teria sido o motivo para a realização dessa comparação. Mas avaliou que há desconfiança por parte de alguns analistas de mercado. Por isso, o estudo se apoia em cálculos feitos por economistas bem avaliados por eles.

Admitiu também que a situação fiscal brasileira preocupa. E é por isso que a política econômica se mantém no binômio: consolidação fiscal e reformas pró-mercado. É preciso avançar com reformas, acrescentou. Os números mostram que a consolidação fiscal foi mantida mesmo durante a pandemia. “Claro que vamos continuar agora”, afirmou.

Questionado sobre as discussões no Congresso sobre medidas que vão trazer grande impacto nas contas públicas, Sachsida comentou que ruídos existem, mas o Legislativo tem sido parceiro do governo na agenda econômica.

Um integrante do “dream team” que não quis se identificar, disse que o governo atual tem o mérito de haver segurado as despesas num momento de recuperação das receitas e do PIB. No entanto, as projeções feitas em 2018 não contavam com uma inflação tão elevada como a vista em 2021 e 2022.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

### O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

### Viúva de 87 anos briga com o Itaú por R\$ 167 milhões

BLOOMBERG LINEA

LINK PATROCINADO

### Andréia Sadi é fotografada sem maquiagem aos 34 anos, e ela não é como você espera

FINANCIAL ADVISOR HEROES

LINK PATROCINADO

### Médico alerta: se você tem muita gordura na barriga faça isso todos os dias

ALFANUTRE

LINK PATROCINADO

### Livre-se dos navegadores convencionais, mude para o Opera

OPERA

Baixar

## PEC desonerará só o diesel e governo tenta mudar ICMS

Críticas a desoneração da gasolina fazem governo rever estratégia e esperar votação no Senado

Por Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

10/02/2022 05h02 · Atualizado há 4 horas



Ciro Nogueira: ministro confirmou que Bolsonaro orientou o governo a trabalhar pela desoneração apenas do óleo diesel — Foto: Cristiano Mariz/O Globo

Após críticas da equipe econômica do governo e até do Banco Central ao risco fiscal provocado pela ideia de zerar os impostos sobre a gasolina, a ala política do governo desistiu da proposta e decidiu focar na desoneração do óleo diesel. A mudança é uma tentativa de agradar a uma das bases eleitorais do

presidente Jair Bolsonaro, os caminhoneiros, e diminuir os custos logísticos do país. O custo é de cerca de R\$ 18 bilhões.

Idealizador de zerar o imposto federal sobre a gasolina, o ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, afirmou ao **Valor** que a intenção agora é desonerar só o óleo diesel. “O presidente orientou [cortar os impostos sobre o] diesel”, disse, por mensagem. “Prioridade é o diesel”, reforçou, após divulgar uma lista das pautas prioritárias para o governo no Congresso ao longo de 2022.

Nesse documento, publicado no “Diário Oficial da União” ontem, a Casa Civil destaca como meta aprovar uma proposta ainda “em formulação” no Congresso que autorize “a redução temporária de impostos sobre o diesel para enfrentar as consequências socioeconômicas da pandemia”. Nesse texto, a gasolina e o etanol ficaram de fora do corte.

Dias antes, Ciro articulou a apresentação de uma proposta de emenda constitucional (PEC) que permitisse à União, Estados e municípios até zerar os impostos sobre combustíveis em 2022 e 2023 sem necessidade de compensar com aumento de outros impostos ou corte de receitas, como exige a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O texto foi enviado a um aliado dele, o deputado Christino Áureo (PP-RJ), para que ele protocolasse na Câmara.

A ideia, porém, causou reação no mercado financeiro, entre economistas, na equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, e até no Banco Central, que alertou que o risco fiscal maior teria impacto na inflação. A desoneração ampla pretendida pela ala política do governo custaria R\$ 54 bilhões anuais, podendo até crescer (outra PEC, proposta no Senado, tinha medidas que custariam até R\$ 100 bilhões).

O valor aumentaria ainda mais o déficit primário do governo para este ano - a estimativa já é gastar R\$ 79 bilhões a mais do que arrecada, mesmo antes do pagamento dos juros da dívida.

Segundo o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), a PEC tratará apenas da redução de impostos do diesel. “Foi o que o presidente pediu quando veio ao plenário [do Congresso]”, disse.



Segundo ele, o Executivo ainda estuda formas de diminuir o custo da gasolina, mas não há nada decidido. Desde janeiro de 2020, o preço médio do litro da gasolina subiu de R\$ 4,57 para R\$ 6,67 em dezembro do ano passado.

Uma das alternativas em debate é tentar aprovar o projeto de lei que muda a regra de cálculo do ICMS, um imposto estadual. Atualmente o tributo é um percentual cobrado sobre o preço do combustível. Com o aumento do preço praticado pela Petrobras, a arrecadação do imposto também aumentou. A Câmara aprovou, a pedido do governo, proposta para criar um valor fixo sobre o litro, como já ocorre com o imposto federal. Os governadores não concordam com isso.

O Senado travou a proposta ano passado, mas pretende discuti-la na próxima semana. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que se esforçará para aprovar o projeto do ICMS e outro com a criação de mecanismo de amortecimento contra flutuações no preço do mercado internacional e a instituição de um imposto sobre a exportação do óleo.

Segundo o senador Jean Paul Prates (PT-RN), relator dos projetos, serão necessários R\$ 25 bilhões até o final do ano para reduzir em até R\$ 0,50 ou R\$ 0,60 o preço do diesel e da gasolina e R\$ 10 o botijão de gás de cozinha. Seriam usados dividendos da União, royalties e bônus relacionados à exploração do petróleo para, em períodos de alta do combustível, evitar aumentos excessivos. Em períodos de baixa, o dinheiro ficaria numa reserva.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

**O jogo mais viciante do ano!**

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

**Segredos para comprar na Shopee que você não sabe**

CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

**Médico alerta: se você tem muita gordura na barriga faça isso todos os dias**

ALFANUTRE

LINK PATROCINADO

**O vento gelado do ar-condicionado te incomoda? Esse truque pode te ajudar**

AIRBREEZE

LINK PATROCINADO

**Viúva de 87 anos briga com o Itaú por R\$ 167 milhões**

BLOOMBERG LINEA

LINK PATROCINADO

**Carros elétricos em Salvador podem ser mais baratos do que você pensa**

CARROS ELÉTRICOS | LINKS PATROCINADOS

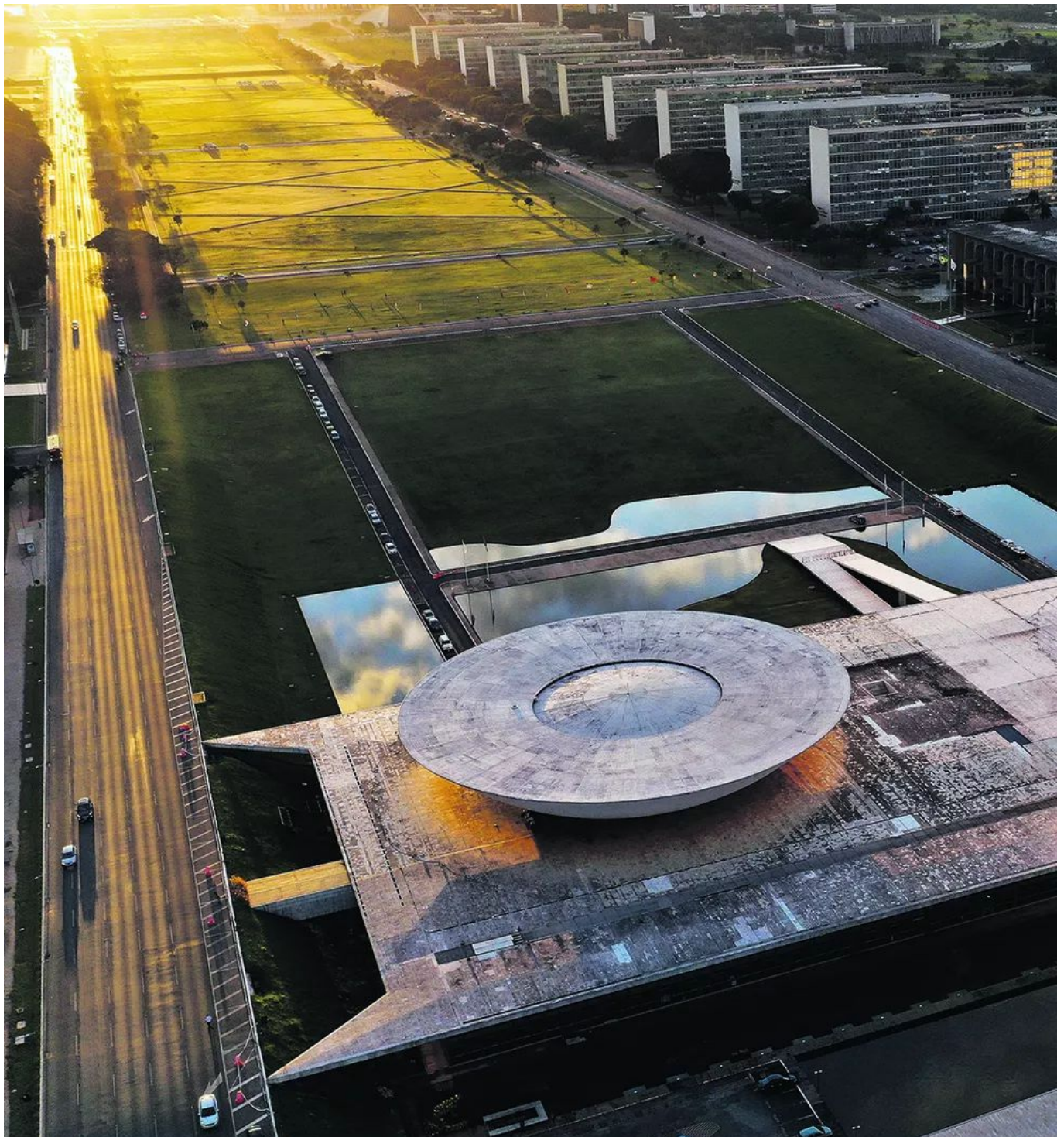
---

## Retrocessos fiscais e democráticos

O país criou boas regras capazes de disciplinar a gestão fiscal, mas não criou meios para que elas sejam cumpridas

Por Benito Salomão

10/02/2022 05h01 · Atualizado há 4 horas



O ano de 2022 nem bem deu seus primeiros passos e as polêmicas referentes ao orçamento já surgem no noticiário. A exemplo do que já havia acontecido em 2021, a polêmica esteve circunscrita a um cabo de guerra entre Executivo e Legislativo acerca de parte das despesas discricionárias da União. Os retrocessos fiscais vêm se acumulando ao longo do tempo: primeiramente, a má gestão da pandemia fez com que estímulos fiscais durassem muito mais tempo do que o necessário. Ademais, a necessidade de prolongar tais estímulos, somada ao choque dos precatórios e ao apetite de políticos (de ambos os lados da Praça dos poderes) por mais gastos em períodos próximos às eleições levaram ao colapso o arcabouço de regras fiscais vigentes no país e que vinham sendo capazes de disciplinar o orçamento em uma perspectiva de longo prazo.

Porém, o retrocesso orçamentário de 2022 é diferente dos episódios anteriores que tinham conotações puramente macroeconômicas. Se antes, os problemas eram limitados à magnitude de estímulos fiscais no tempo, que poderiam custar desequilíbrios macroeconômicos sérios, porém corrigíveis com um novo pacto político. Dessa vez os retrocessos se dão na relação entre os poderes Legislativo e Executivo, o que dificulta a formação desse novo pacto.

Longe de ser o ideal, o relacionamento entre Legislativo e Executivo que vigorou nas últimas duas décadas, denominado por alguns como presidencialismo de coalizão, se calcava no agasalhamento de congressistas e seus indicados para cargos no Executivo em troca de sustentação legislativa para suas pautas. Aspectos morais desse modelo à parte, ele não era o ideal, porém era funcional. Primeiro, porque pressupunha que o Executivo tinha uma pauta e, portanto, a coalizão se formava com o objetivo de fazê-la andar no parlamento. Assistir trocas de cargo no Executivo por apoio a projetos no Legislativo não é o melhor dos mundos, mas é melhor do que assistir trocas de cargos no Executivo por nada, ou pela blindagem do Presidente contra mais de uma centena de pedidos de impeachment que recaem sobre ele.

## O país criou boas regras capazes de disciplinar a gestão fiscal, mas não criou meios para que elas sejam cumpridas

Ocorre que os retrocessos da vez não se dão apenas no que se refere à distribuição de cargos públicos no Executivo, o que por si só já seria ruim. O que se vê de forma inédita no país é a terceirização da política fiscal para setores do Legislativo. Isso é infinitamente mais grave, por várias razões: primeiro porque é atribuição constitucional do Congresso Nacional, segundo o artigo 48, IX e X, fiscalizar, controlar e julgar os atos e as prestações de contas do presidente da República.

Não faz muito tempo, o mesmo Congresso abriu e julgou processo de crime de responsabilidade contra uma presidente, em assuntos pertinentes à própria gestão orçamentária. Quando, portanto, o Congresso que deveria fiscalizar e julgar os atos do Executivo no que se referem à gestão fiscal do país, assume o controle da mesma, qual a legitimidade para impor sanções diante de eventuais erros ou ilegalidades que possam ocorrer no orçamento?

Mais importante ainda, quanto às responsabilidades jurídicas dos retrocessos fiscais em curso, recairão sobre o Executivo ou Legislativo? A delegação da política fiscal ao Congresso impõe ao Brasil um nítido problema conhecido na literatura como “agente-principal”. Isso ocorre quando há um conflito de interesses entre a instância decisória de um determinado processo, o agente, e a instância afetada pela decisão, o principal. No caso do orçamento, as responsabilidades jurídicas pela má gestão fiscal, previstas na Constituição, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei 1079/50 (Lei do Impeachment) devem recair sobre quadros do Executivo. Porém, no contexto atual o Congresso está impondo retrocessos orçamentários e se mantendo isento de responsabilidades.

Uma segunda hipótese de retrocesso, ainda mais perversa do ponto de vista dos incentivos que cria, é um eventual conluio entre Executivo e Legislativo visando a captura fiscal. Como dito, as responsabilidades jurídicas de problemas decorrentes da má gestão orçamentária devem recair sobre o Executivo. Porém, como a fiscalização e o julgamento em última instância cabe ao Legislativo, um acordo político tácito pode blindar os primeiros das responsabilizações, pelo menos a curto prazo.

A consequência de um conluio desta natureza são os sinais que emitem para: 1- o próximo presidente da República e o Congresso eleito; 2- para governadores e prefeitos que podem sentir-se incentivados a descumprir normas fiscais sob a crença de que a fiscalização e responsabilização por erros serão tolerados.

Regras fiscais, para o seu bom funcionamento, dependem de instrumentos de enforcement que obriguem o seu cumprimento. Desde a redemocratização, o país criou boas regras capazes de disciplinar a gestão fiscal, muitas delas normatizadas na própria carta magna, outras contidas em legislação infraconstitucional. O país não criou, no entanto, meios para que tais regras sejam cumpridas. O impeachment de 2016 aconteceu muito mais por uma rivalidade pessoal entre os presidentes da Câmara e da República do que pelo apego às melhores práticas fiscais. Hoje os descabros fiscais ocorrem à luz do dia e não há a quem recorrer. É preciso discutir um novo modelo de corresponsabilidades onde o Congresso, na figura de seus presidentes e relatores orçamentários, responda por seus atos e omissões na área fiscal.

Ademais o retrocesso mais grave não vem da macroeconomia. É preciso lembrar que eleições se avizinham e o manuseio de políticas macroeconômicas objetivando a sobreposição do ciclo econômico sobre o ciclo eleitoral é uma evidência consagrada da literatura. Onde há eleições, há incentivo para que políticos

ampliem gastos públicos e cortem impostos visando a reeleição ou a eleição de um sucessor aliado, deixando os custos disso para o mandato seguinte.

A tendência desta eleição, diante dos retrocessos fiscais supracitados e da captura do orçamento discricionário por setores do Legislativo, é a assimetria de forças entre os que exercem mandatos vis a vis os que não exercem. Isso cria uma distorção no processo democrático, porque uns terão dinheiro público para distribuir em seus redutos, sem se preocuparem com as consequências macroeconômicas disso a médio prazo, enquanto outros não terão e, portanto, concorrerão em desvantagem.

## Benito Salomão é mestre em Economia pelo PPGE/UFU.

---

### Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

#### O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

#### Os sintomas mais comuns do diabetes que você deve conhecer!

VITAMINEWS

LINK PATROCINADO

#### Médico alerta: se você tem muita gordura na barriga faça isso todos os dias

ALFANUTRE

LINK PATROCINADO

#### Andréia Sadi é fotografada sem maquiagem aos 34 anos, e ela não é como você espera

FINANCIAL ADVISOR HEROES

LINK PATROCINADO

#### Livre-se dos navegadores convencionais, mude para o Opera

OPERA

Baixar

LINK PATROCINADO

#### Carros elétricos em Salvador podem ser mais baratos do que você pensa

CARROS ELÉTRICOS | LINKS PATROCINADOS

---

## Mais do Valor **Econômico**

### IBGE reduz projeção para a colheita recorde de grãos em 2022

Com a quebra da soja, volume previsto caiu para 271,9 milhões de toneladas, ainda 7,4% maior que o de 2021

10/02/2022 09:37 — Em Agronegócios

## Sachsida defende correção tributária e concorrência

Para secretário de Política Econômica, crise atual nos combustíveis é oportunidade para aprovar mudanças estruturais do setor no Congresso

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

10/02/2022 05h00 · Atualizado há 4 horas

---

Aumentar a concorrência no comércio de combustíveis e corrigir “erros tributários” são dois exemplos de instrumentos superiores para diminuir o preço dos combustíveis, disse o chefe da Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida. Ele comentava as discussões em curso no Congresso Nacional para desonerar combustíveis e outros itens.

Medidas estruturais, como o aumento da concorrência, teriam impacto efetivo sobre os preços, disse. A crise seria uma boa oportunidade para aprová-las.

Ao falar sobre tributação, ele comentou que um imposto não pode potencializar a instabilidade de preços. E elogiou o projeto de lei complementar (PLP) 11/20, incluído na lista de prioridades do governo no Congresso.

Esse projeto muda a forma de cobrança do ICMS sobre diesel, gasolina e etanol, transformando-o num valor fixo por unidade. Hoje, é cobrado um percentual sobre o preço.

O presidente Jair Bolsonaro tem dito que os Estados ganham com a alta de combustíveis, por causa dessa regra. Os Estados, por sua vez, afirmam que não alteraram alíquotas. Atribuem a alta à política da Petrobras.

O PLP 11 foi aprovado pela Câmara dos Deputados no ano passado e agora está em análise no Senado Federal. É relatada por Jean Paul Prates (PT-RN), juntamente com o projeto de lei 1472/21, que muda a política de preços para gasolina, diesel e gás, e cria um fundo de estabilização de preços.

Sachsida disse entender a “angústia” de deputados e senadores, pressionados a buscar uma solução para os preços dos combustíveis. Ele minimizou o apoio do senador Flavio Bolsonaro à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do senador Carlos Fávaro (PSD-MT), que desonera combustíveis e energia e cria outras despesas, numa conta que ultrapassa os R\$ 100 bilhões. Agradeceu a afirmação do congressista de que seguirá a orientação da equipe econômica nessa matéria. Nos bastidores, a equipe econômica critica fortemente a proposta de Fávaro, apelidada de “PEC Kamikaze” ou “PEC da Irresponsabilidade Fiscal”.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

### O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

### Os sintomas mais comuns do diabetes que você deve conhecer!

VITAMINEWS

LINK PATROCINADO

### Médico alerta: se você tem muita gordura na barriga faça isso todos os dias

ALFANUTRE

LINK PATROCINADO

### Andréia Sadi é fotografada sem maquiagem aos 34 anos, e ela não é como você espera

FINANCIAL ADVISOR HEROES

LINK PATROCINADO

### O que fazer quando não se tem dinheiro para pagar as contas

SUMUP

LINK PATROCINADO

### Kit com 10 toalhas de banho gigantes - Algodão Egípcio

CASA E CONFORTO

Ver ofertas

---

### Enzo Celulari sobre estilo de vida sustentável: "Deixei de consumir diversas marcas de moda e beleza"

UM SÓ PLANETA

### Volta do Fusca? "Clone" elétrico chinês é registrado no Brasil

UM SÓ PLANETA

### Filha de Angelina Jolie usa look do Oscar da mãe em red carpet